



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2025/FESPDS/PA

Promotor: Estado do Pará Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS/PA	
CNPJ nº. 35.516.470/0001-97	
Objeto: Aquisição de VEÍCULOS AUTOMOTORES DE MÉDIO PORTE, visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará – PMPA, oriundo do Termo de Adesão nº 28/2022, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	
Método de disputa: <input checked="" type="checkbox"/> Aberto	
Critério de julgamento: <input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço	
Entrega	
<i>Forma</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Prazo</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Local</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
Valor Total estimado: R\$ 1.799.985,60 (Um milhão, setecentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).	
Pagamento	
<i>Forma</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Prazo</i>	
Abertura da sessão pública	
	Data: 19/03/2026. Hora: 10h00min Local: www.gov.br/compras (UASG 928154)



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio do **Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS/PA**, CNPJ nº. 35.516.470/0001-97, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº. 735, Bairro: São Bráz, Belém/Pa, neste ato representado pelo Secretário Executivo, **FRANCISCO GILVAN LOPES DA NÓBREGA JÚNIOR**, designado pela Portaria nº 042/2025/GAB/SEGUP de 15 de abril de 2025, publicado no D.O.E Nº 36.202, de 17/04/2025.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria nº 032/2026 de 02/03/2026, que designa Autoridade Competente/Homologador, Agentes de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto desta licitação é Aquisição de **VEÍCULOS AUTOMOTORES DE MÉDIO PORTE**, visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará – PMPA, oriundo do Termo de Adesão nº 28/2022, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

3.2 O bem a ser licitado está descrito detalhado no **Anexo I – Termo de Referência**, deste Edital.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VL UNITÁRIO ESTIMADO	VL. TOTAL ESTIMADO
01	Veículos automotores de médio porte, conforme especificações do Termo de Referência.	10	R\$ 179.998,56	R\$ 1.799.985,60
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 1.799.985,60

3.3 A licitação observará o seguinte:

- ☒ Item, conforme a tabela do item 3.2 deste edital.

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:

- Apresentação da Proposta;
- Lances;
- Documentos de Habilitação;
- Julgamento das Propostas;
- Habilitação

5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;

d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “não” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e

b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

a. Valor do item.

b. Marca.

c. Fabricante.

d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

- 1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
- 2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **valor total do item**

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 100,00 (Cem reais)**.

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.14. O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/>	<p>Aberto</p> <p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p>f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente, de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

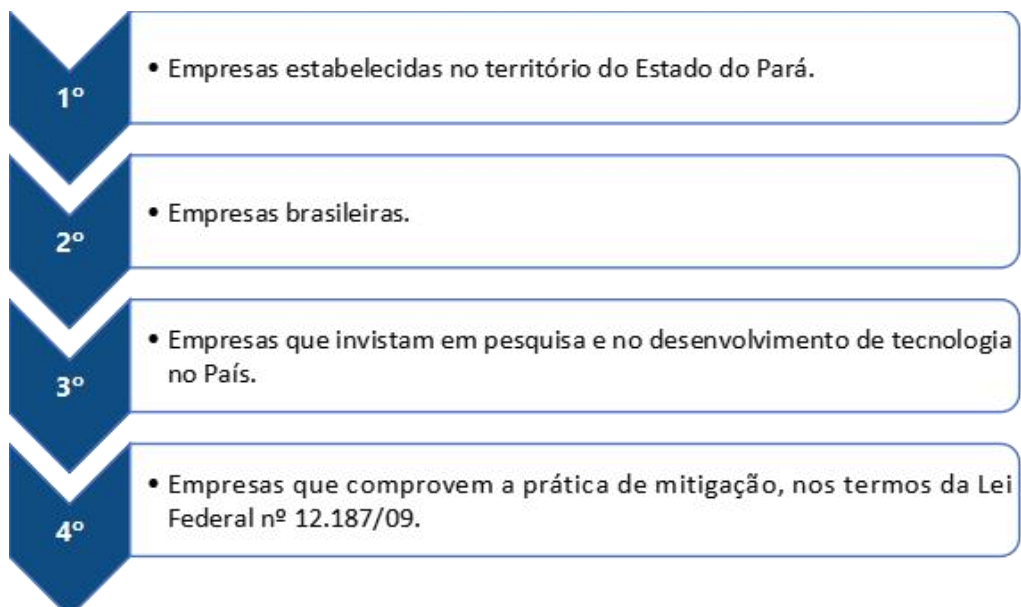
Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:





Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.25. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens **7.23** e **7.24**, proceder-se-á o sorteio como critério de desempate no sistema Compras.gov.br, conforme Instrução Normativa nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.26 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.27 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.29 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.30 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos de habilitação, exigidos neste Edital.

7.31 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.32 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. SICAF;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- b.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a.** A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b.** O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c.** Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a.** Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e

b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem ou da área especializada no objeto.

8.12 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

a. Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou

b. Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.16 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

8.17 Na fase de aceitação de propostas, a licitante detentora do menor preço, deverá obrigatoriamente, apresentar dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, contados da convocação pelo Pregoeiro, veículo protótipo que atenda as características exigidas no termo de referência, sem gerar nenhum ônus para Administração.

8.18 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11.2 Serão assegurados aos licitantes vista aos documentos do subitem anterior.

9.12 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.13 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, 2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.14 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.16 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

Habilitação Jurídica

9.20 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.21 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.22 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.23 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.24 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.25 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.26 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.27 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.28 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal e trabalhista

9.29 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.30 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.31 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.32 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.33 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.34 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.35 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá

comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.36 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira.

9.37 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.38 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.39 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.39.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.39.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.39.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.39.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

9.40 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.41 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

9.42 Comprovação de Atestado de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante prestado satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

9.43 Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Documentos técnicos **conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e

b. O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou

b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p> <p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p> <p>1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;</p> <p>2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;</p> <p>3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;</p> <p>4. Deixar de apresentar amostra;</p> <p>5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;</p> <p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro</p>	<p>Multa</p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p><i>e</i></p> <p>Impedimento de licitar e contratar*</p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

do prazo de validade de sua proposta;

<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p> <p>e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;</p> <p>f. Fraudar a licitação;</p> <p>g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:</p> <p>1. Agir em conluio ou contra a lei;</p> <p>2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;</p> <p>3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;</p> <p>h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;</p> <p>i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.</p>	<p style="text-align: center;">Multa</p> <p style="text-align: center;">15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p style="text-align: center;"><i>e</i></p> <p style="text-align: center;">Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</p>
--	---

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b.** As peculiaridades do caso concreto.
- c.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo **de 15 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;

b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

12.15 O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13

Das impugnações

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio de do email **licitacao.fesp@gmail.com**.

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec. Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14

Dos Recursos Orçamentários

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 06.181.1510.8993.10 - Operacionalização das Ações Administrativas



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

Natureza: 344905278

Fonte: 01759000077 (Recurso Próprio - Ordinário)

02759000077(Recurso Próprio - Superávit)

CLÁUSULA 15

Do Reajuste dos Preços

Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

CLÁUSULA 16

Disposições finais

16.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

16.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

16.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

16.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III - Modelo De Declaração de Sustentabilidade Ambiental

ANEXO IV – Declaração de cumprimento do disposto no § 6º do art. 28º Constituição do Estado do Pará/Emenda Constitucional do Estado do Pará nº. 42/2008.

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Belém, (PA), 05 de março de 2026.

FRANCISCO GILVAN LOPES DA NÓBREGA JÚNIOR
Secretário Executivo do FESPDS



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

PAE nº 2025/2518197

1. O QUE SERÁ CONTRATADO?						
OBJETO: Aquisição de VEÍCULOS AUTOMOTORES DE MÉDIO PORTE , visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará – PMPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.						
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total
1	VEÍCULO AUTOMOTOR DE MÉDIO PORTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS, CONFORME ANEXOS I, II e III.	173819-4	Und	10	R\$ 183.657,24	R\$ 1.836.572,40
VALOR GLOBAL ESTIMADO						R\$ 1.836.572,40
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO						
2. Qual o motivo da contratação?	<p>Considerando que a PMPA, na sua atuação preventiva e repressiva, deve dispor de meios logísticos adequados para a consecução de suas missões institucionais, haja vista suas diversas formas de emprego nas ações de policiamento ostensivo de preservação da ordem pública;</p> <p>Considerando a necessidade de se adotarem medidas no sentido do reaparelhamento e modernização do patrimônio como um todo, visando oferecer melhores condições pessoais de trabalho ao policial militar.</p> <p>Diante disto e em atendimento aos imperativos evidenciados no Termo de Adesão nº 28/2022 do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social cujo objeto consiste na aquisição de 10 (DEZ) VEÍCULOS AUTOMOTORES DE MÉDIO PORTE, na natureza de investimento, fazendo-se necessária para a atuação preventiva e repressiva desta PMPA.</p>					
NATUREZA DO BEM						
<input checked="" type="checkbox"/> Comum. <input type="checkbox"/> Especial.						
PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM						
3. Haverá prova de	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.		- Deverá atender aos requisitos técnicos conforme padrões estabelecidos pelo			

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página: 1 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

qualidade?	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).	
	<input type="checkbox"/> Não.	
4. O edital exigirá amostra?	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
5. Haverá garantia do bem?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia dos bens, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir do seu recebimento pela contratante.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
Haverá assistência técnica?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica para os bens, durante a vigência da garantia, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meios próprios</i> , sem custo para a administração pública.	
	<input type="checkbox"/> Não	
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO		
Forma de contratação	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.	
Critério de julgamento	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.	
	<input type="checkbox"/> Maior desconto.	
O orçamento estimado é sigiloso?	<input type="checkbox"/> Sim.	Justificativa:
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
Critério para a proposta ser aceita	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.	
Há itens com participação exclusiva para microempresas e empresa de	<input type="checkbox"/> Sim.	Indicar os itens:
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página: 2 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

pequeno porte?			
REQUISITOS DA CONTRATADA			
Será exigida habilitação técnica?	<input type="checkbox"/> Sim.	Qual?	
		Por quê?	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		
Qualificações técnicas exigidas	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.	Justificativa: A declaração de ciência das informações tem o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais. Solicitação amparada nos imperativos do Art. 67, VI da Lei nº 14133/2021.	
	<input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.	Justificativa:	
	<input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.	Justificativa:	
	<input checked="" type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. Especificar: Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica	Justificativa: A apresentação de atestados de capacidade técnica tem o objetivo de comprovar que o fornecedor dispõe dos meios operacionais necessários para o pleno atendimento das obrigações contratuais. Solicitação amparada nos imperativos do Art. 67, II da Lei nº 14133/2021.	
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.		
Há critério de sustentabilidade?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Serão utilizados os critérios de sustentabilidade abaixo assinalados: - Serão admitidas as ofertas de veículos automotores que atendam aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e	

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página: 3 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>legislação superveniente e correlata;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serão admitidas as ofertas de veículos automotores que atendam aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes; - "Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes;
	<input type="checkbox"/> Não.	
Há riscos a serem assumidos pela contratada?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<ul style="list-style-type: none"> - Atraso na entrega do bem. - Entrega de veículo com algum tipo de defeito ou falta de algum acessório. - Necessidade de manutenção ou assistência técnica. - Descumprimento de alguma cláusula contratual. - Identificação visual (grafismo) ou película não seguirem o padrão e qualidade adotado pela instituição.
	<input type="checkbox"/> Não.	
FORMA DE ENTREGA DO BEM		
Como o bem deve	<input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez.	

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página: 4 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ser entregue?	<input type="checkbox"/> O bem deve ser entregue em X parcelas, sendo a 1ª em até Y dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com Z dias de antecedência.
Local, Prazo e Condições para recebimento do bem	<p>O prazo de entrega do objeto deve seguir aos critérios estabelecidos abaixo:</p> <p>Da Contratada:</p> <p>a) Da entrega do objeto: o prazo máximo de entrega será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da nota de empenho, podendo ser estendido, com a justificativa que será analisada pelo órgão demandante.</p> <p>b) Da reapresentação do objeto recusado: até 90 (noventa) dias corridos da data de retirada do objeto.</p> <p>c) Da retirada do objeto recusado: até 10 (dez) dias corridos, após a comunicação da contratante.</p> <p>d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.</p> <p>Da Contratante:</p> <p>a) Do resultado da análise da conformidade e emissão do termo de recebimento e exame de material (TREM): até 07 (sete) dias úteis após o recebimento dos objetos.</p> <p>b) Da comunicação do TREM à contratada: até 07 (sete) dias úteis após a expedição do relatório técnico.</p> <p>c) Da solicitação de reapresentação do objeto em desconformidade: até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do relatório técnico.</p> <p>d) Da emissão do termo de aceitação: até 07 (sete) dias úteis após a entrega e verificação de que o objeto encontra-se em perfeitas condições de funcionamento e uso.</p> <p>f) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.</p>

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página: 5 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	Local de Entrega: - A contratada entregará o objeto em parcela única, observando criteriosamente o prazo de entrega definido neste instrumento, conforme estabelecido no local abaixo; - O objeto deverá ser entregue nas instalações do Almoxarifado Central da PMPA (AC), de Seg. a Sex. (exceto feriado), no horário de 09:00 as 16:00, na Av. Brigadeiro Protásio, entre Av. Dr. Freitas e Av. Júlio César s/n. Bairro do Marco, Belém/PA. CEP 66.087-810, fone: (91) 98402-7709.	
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO		
Prazo do contrato	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).	
	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.	
Haverá possibilidade de prorrogação?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
Forma de pagamento	Meio	Ordem bancária.
	Onde?	Conta corrente indicada pela contratada.
	Qual o prazo?	O pagamento será efetuado à Contratada até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação da respectiva Nota Fiscal do fornecimento dos materiais objetos deste Termo de Referência, junto ao qual deverão estar anexadas às Notas Fiscais e às Certidões de regularidade, a fim de que as mesmas possam ser aceitas e atestadas pelo respectivo fiscal do contrato e confecção do Termo de Recebimento do Material.
	Prova da regularidade fiscal	A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. ou 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página: 6 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		aos sistemas oficiais.
Qual a garantia do contrato?	<input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato.	Justificativa:
	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.	Justificativa: (A não exigência de garantia deve ser justificada).
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Dados orçamentários da contratação	Programa:	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Ação (Projeto/Atividade):	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Elemento de Despesa:	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Plano Interno:	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Fonte do Recurso:	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.	

Belém-PA, 27 de agosto de 2025



RICARDO DO NASCIMENTO RAMOS – TEN CEL QOPM
Diretor de Projetos e Convênios da PMPA



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
VEÍCULO TIPO SUV

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO COMPACTO (SUV), FLEX, VIATURA POLICIAL CARACTERIZADA, SEM COMBUSTÍVEL, COM COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE PRESOS, SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL E RÁDIO COMUNICADOR.

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS:

Veículo Tipo SUV-Veículo Utilitário, o veículo deverá ser entregue com no mínimo ¼ de combustível, emplacado em nome da Polícia Militar do Estado do Pará, com todas as despesas de licenciamento custeadas pela CONTRATADA, contendo as seguintes características e especificações mínimas:

- Fabricação Nacional ou Mercosul, zero-quilômetro, ano e modelo não inferior à data da contratação;
- Pintura sólida ou metálica na COR BRANCA;
- Capacidade para transportar 05 (cinco) pessoas, incluindo o motorista;
- 04 (quatro) portas laterais e uma tampa traseira;
- Cilindrada mínima do motor: 1.500cm³ ASPIRADO ou 1.250cm³ TURBO;
- Potência mínima de 115 cv; Combustível: Etanol/ Gasolina;
- Torque mínimo 15,0 Kgfm;
- Câmbio manual com no mínimo 05 (cinco) marchas ou mais, sincronizadas à frente e 01(uma) à ré;
- Carroceria em aço montada e fixada sobre chassi original de fábrica;
- Faróis de neblina;
- Tanque de combustível com capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco) litros;
- Rodas de aro de mínimo 16 polegadas;
- Altura mínima livre do solo de 190mm;
- Entre-eixos mínimo 2500 mm;
- Ângulos mínimos de entrada e saída de 21 e 26 graus, respectivamente;
- Direção elétrica ou hidráulica, ou eletro-hidráulica, original de fábrica
- Air bag frontal duplo (motorista e passageiro);
- Freio ABS;
- Luz elevada de freio (Brakelight);
- Ar-condicionado de fábrica integrado frio/quente;
- Limpador de para-brisas dianteiro com temporizador e lavador elétrico;

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página: 8 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- Trava elétrica das portas;
- Vidros com acionamento elétrico nas 4 portas;
- Espelhos retrovisores externos com comandos manuais ou elétricos;
- Sensor de ré; câmera de ré; Alarme antifurto; Desembaçador do vidro traseiro;
- Cintos de segurança dianteiros e traseiros laterais de três pontos e central de dois pontos;
- Bancos dianteiros individuais com regulação de distância e inclinação do encosto do banco com apoio para cabeça ajustável em altura, integrado ou acoplado ao banco;
- Sistema multimídia com rádio AM e FM, conectividade para dispositivos móveis Android e iOS, Bluetooth, entradas USB;
- Jogo de tapetes de borracha;
- Capas removíveis adicionais de revestimento dos bancos em couro ou sintético lavável (napa ou similar) na cor preta;
- Bancos com revestimentos em couro ou courvin de cor escura;
- Quites obrigatórios, incluindo estepe, macaco, triângulo, chave de rodas;
- PELÍCULA INSULFILME EM TODOS OS VIDROS; com garantia de no mínimo 12 meses.
- Os veículos devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores – PROCONVE;
- Atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções);

Radio de Comunicação: Especificações no Anexo II;

Sinalizador Acústico e Visual: Especificações no Anexo II - A;

Compartimento para transporte de presos: Especificações no Anexo II - B;

Grafismo: Adesivado conforme especificações no Anexo II – C

Layout do veículo: Anexo III.

GRAFISMO/IDENTIDADE VISUAL

- A identificação visual (grafismo) do veículo deverá ser aplicada pela empresa contratada de acordo com o padrão adotado pela Instituição e será composta pela pintura, a ser aplicada sobre o veículo e pelos adesivos identificadores;

Sobre a pintura serão afixados os adesivos identificadores, reflexivo, confeccionados em fitas adesivas super-resistentes, com termo de garantia não inferior a 12 (doze) meses e deverá ser apresentado o estudo de resistência. O "layout" das adesivações encontra-se no ANEXO III deste instrumento.

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página: 9 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

A GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- O prazo de garantia do bem deverá ser de no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- A substituição do produto acarretará a renovação da garantia conforme os prazos descritos no subitem acima.
- A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal respectiva.
- A CONTRATADA deverá fornecer o endereço, da assistência técnica, com telefones, celulares de contato e correio eletrônico (e-mail), a fim de permitir o atendimento;
- A empresa deverá disponibilizar em caso de vício ou defeitos no produto a logística reversa para envio a assistência técnica e retorno do bem no período de garantia, sem ônus ao remetente.
- Os reparos só poderão ocorrer por um técnico qualificado e devidamente identificado como funcionário da empresa prestadora da assistência técnica autorizada, podendo também a optar pela simples substituição do equipamento por outro exatamente igual ou com características e capacidade superiores.
- O início do atendimento deverá ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir de chegada do veículo no endereço da assistência técnica indicada da contratada.
- O término do reparo ou troca do equipamento deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do início do atendimento.
- Entende-se por término do reparo do bem a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento ou a entrega do novo equipamento substituto.
- A assistência técnica do fabricante deve estar em território brasileiro, na região metropolitana de Belém ou demais regiões do Estado do Pará.
- A garantia será prestada com vistas a manter o bem em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo bem, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 10 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
 - Toda e qualquer constatação pela empresa, da necessidade de correção técnica de peças ou mecanismos do veículo, que necessite de ajuste ou substituição, denominada "recall", deverá a própria empresa emitir notificação contendo indicação das medidas necessárias para a regularização imediata do problema à Polícia Militar do Estado do Pará.



Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c
Nº do Protocolo: 2025/2518197 Anexo/Sequencial: 62

Página 11 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO II
RÁDIO DE COMUNICAÇÃO MÓVEL

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS:

1.1 O equipamento deverá ser Novo de primeiro uso, ser homologado pela ANATEL, de fácil manuseio e operação, devendo estar configurado para a realização das seguintes funções ou recursos:

1.2 Operação em modo dual, analógico e digital P25 Fase 1 (FDMA) e Fase 2 (TDMA), no mesmo rádio, programados por canal sem ônus adicionais para a POLÍCIA MILITAR DO PARÁ;

1.3 Deverá operar nos modos, convencional analógico, convencional digital e também em modo troncalizado digital.

1.4. Deverá, quando operando no modo analógico, ser compatível operacionalmente com os transceptores analógicos em uso nas redes de radiocomunicação da SEGUP.

1.5. Deverá atender os parâmetros eletrônicos de modulação digital e sinalização definidos na Interface Aérea Comum do padrão aberto do Projeto APCO-25 da Associação de Oficiais de Comunicação de Segurança Pública (APCO – Association of Public Safety Communications Officials) e publicado na norma TSB-102 da TIA/EIA.

1.6 Deverá ser entregue já instalado com software que atenda o padrão P25 Fase 2 e deverá atender os parâmetros de compatibilidade com o padrão P25 Fase 2 TDMA definidos nos seguintes documentos:

1.6.1 Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Physical Layer Protocol Specification Standard (TIA-102.BBAB);

1.6.2 Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Media Access Control Layer Protocol Specification (TIA-102.BBAC-Trunked Voice Services);

1.6.3 Project 25 Phase 2 TDMA Control Channel Updates (TIA-102.AABC-C – Trunking Control Channel Messages);

1.6.4 Project 25 Phase 2 TDMA Encryption Updates (TIA-102. AAAD-A Block Encryption Protocol); Half Rate Vocoder Annex (TIA-102.BABA-1);

1.7 Todas as normas TIA aplicáveis ao P25, ainda que não listadas neste termo de referência, deverão ser atendidas e atualizadas nos transceptores a serem entregues pela POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, conforme as especificações do transceptor constantes nesse termo de referência, tanto na Fase 1 quanto na Fase 2 e de acordo com as necessidades dos sistemas digitais da POLÍCIA MILITAR DO PARÁ já instalados.

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 12 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- 1.8 O transceptor móvel digital não deverá receber qualquer tipo de interferência de modulação em frequência analógica quando estiver operando no modo digital, programado por canal;
- 1.9 Deverá permitir programação (via software), para operação em modo convencional e em modo de controle inteligente (troncalizado), na faixa de VHF (148 MHz a 174 MHz), devendo ser compatível com os padrões eletrônicos de sinalização do padrão P25 Fase 1 FDMA e Fase 2 TDMA.
- 1.10 Deverá permitir a realização de "Chamada de Emergência", garantindo ao grupo em emergência prioridade de acesso à rede em caso de canais ocupados;
- 1.11 Deverá ser capaz de responder "Chamada Geral" (Multigrupo);
- 1.12 Deverá receber e realizar "Chamadas Privativas", sendo a conversação limitada às duas unidades (origem - destinatária), no padrão P25 Fase 1 FDMA e Fase 2 TDMA; de rádio
- 1.13 Deverá decodificar "Chamadas de Alerta" indicando no visor a identificação da unidade chamadora;
- 1.14 Quando não estiver vinculada em uma sequência de mensagens, deverá monitorar o Canal de Controle do Sistema que a oriente quanto ao "Status" do Sistema (conceito de sinalização por Canal de Controle Dedicado);
- 1.15 Iniciar uma chamada pelo modo "Aperte para Falar" (PTT), por meio da solicitação de um Canal de Conversação (VOZ), via Canal de Controle;
- 1.16 No caso de sistema ocupado, tentar o recesso automático até que o mesmo seja concluído sem que o usuário necessite pressionar o botão de PTT novamente;
- 1.17 Recepção de sinalização, por meio de indicação sonora, que a mesma se encontra em fila de espera "aguardando liberação de canal";
- 1.18 Utilizar o Canal de Comunicação a ser designado pelo Sistema durante a conversação;
- 1.19 Decodificar as instruções transmitidas pelo Canal de Controle ao Endereço de Grupo de Conversação ao qual esteja engajada e direcioná-la ao Canal de Comunicação designado pela Sinalização do Sistema;
- 1.20 Deverá permitir sua desabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, através de Comando (remoto) enviado pelo Controlador Central;
- 1.21 Deverá permitir sua reabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, por meio de Comando (remoto) enviado pelo Controlador Central;
- 1.22 Estabelecer comunicação convencional, ponto-a-ponto, dentro ou fora da área de cobertura do sistema em modo analógico e em modo digital;
- 1.23 O transceptor móvel digital deverá ter a capacidade de operação rádio a rádio (ponto a ponto), sem a utilização de infraestrutura nos modos digital e analógico;

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 13 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- 1.24 Permitir a programação de no mínimo 500 (quinhentos) grupos de conversação (modo de controle inteligente) ou 512 (quinhentz e doze) canais de RF (modo convencional), indicados por mostrador digital alfanumérico no painel frontal do transceptor móvel;
- 1.25 Permitir a programação de grupos e canais dos seguintes tipos: canal convencional analógico VHF, canal convencional digital VHF, grupo de conversação troncalizado P25 Fase 1 FDMA, grupo de conversação troncalizado P25 Fase 2 TDMA. O transceptor deverá permitir a programação de pastas (zonas) mistas, ou seja, permitir canais analógicos, canais convencionais digitais, canais troncalizado em uma mesma pasta. Estas pastas deverão permitir ser identificadas por nomes através do display.
- 1.26 Permitir a visualização dos canais de RF ou grupos de conversação selecionados por meio de visor frontal incorporado ao transceptor;
- 1.27 Realizar varredura de canais de radiofrequência, monitorando vários canais de uma lista programável de forma a participar de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles. Deve ser possível a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente dentro de todas as bandas de frequência disponíveis no rádio;
- 1.28 Possuir receptor de GPS que poderá ser montado em conjunto com o transceptor, ou por meio de conector de acessórios, com no mínimo 12 canais, possibilitando o envio das coordenadas geográficas através da rede de radiocomunicação por pacote P25 modo troncalizado. A funcionalidade do GPS deverá estar habilitada com todas as licenças para o pleno funcionamento, permitindo que a posição do usuário seja informada no display do transceptor do usuário e também enviada seguramente, via interface aérea, para as aplicações de geolocalização da POLÍCIA MILITAR DO PARÁ;
- 1.29 Possuir hardware de criptografia integrado ao transceptor;
- 1.30 Permitir o envio e o recebimento de mensagens curtas de texto;
- 1.31 Permitir a troca das chaves de criptografia, via sistema OTAR por meio de comandamento da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente, via radiofrequência;
- 1.32 Possuir no mínimo os seguintes controles:
- 1.32.1 Chave rotatória ou tecla de seleção do grupo/canal de conversação;
- 1.32.2 Botão ou tecla de controle de volume;
- 1.32.3 1 (um) botão de emergência;
- 1.32.4 Botão de ligar e desligar o transceptor;
- 1.32.5 LED's ou indicadores visuais no display de transmissão e recepção do transceptor;
- 1.32.6 Possuir visor de LCD com no mínimo 3 linhas, sendo composto minimamente por:
- 1.32.6.1 1 (uma) linha de ícones indicativos de recursos ativos ou status do rádio;

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página14 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- 1.32.6.2 02 (duas) linhas de texto com pelo menos 8 caracteres alfanumérico;
- 1.33 Os rádios transceptores operando nos modos P25 Fase 1 e Fase 2 já deverão estar homologados pela ANATEL com comprovação no dia da realização do certame licitatório, a fim de que os mesmos possam entrar em operação.
- 1.34 Para programação, via sistema OTAP, por meio de comandamento da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente, via radiofrequência.

2. RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO DIGITAL

- 2.1. Além dos recursos previstos no ITEM "Características Gerais", o equipamento deverá possuir a capacidade de operar em modo seguro, com encriptação digital do sinal, mediante inserção de chave e programação eletrônica;
- 2.2. O equipamento deverá suportar o algoritmo de criptografia "P25 AES", devendo permitir a programação por canal ou grupo de conversação;
- 2.3. Possuir a capacidade de ser reprogramado via OTAR, por meio de ondas radiofrequência, e fisicamente por dispositivo encriptador, a fim de alteração das chaves de criptografia; Possuir a capacidade de receber no mínimo 32 (trinta e duas) chaves de encriptação AES;
- 2.4. Possuir modulação C4FM e H-CPM;
- 2.5. Possuir decodificador digital AMBE.

3. RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO ANALÓGICO

- 3.1. Abertura do silenciamento do receptor controlada por portadora, subtom analógico e subtom digital, selecionável por meio de programação prévia para cada canal via computador PC silenciamento programável por portadora subtom CTCSS (PL) e DCS (DPL) por canal).
- 3.2. Suportar sinalização analógica MDC-1200 (protocolo atualmente utilizado na SEGUP) com licença habilitada e com no mínimo os seguintes recursos:
- 3.2.1. Identificação da unidade chamadora (ID) – Codificação/decodificação MDC1200;
- 3.2.2. Chamada Seletiva;
- 3.2.3. Modulação em FM.

4. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS BÁSICAS:

- 4.1. Faixa de frequência: 148 MHz a 174 MHz;
- 4.2. Largura do canal de RF: 12,5 KHz / 25 KHz com programação dentro das faixas de operação acima;
- 4.3. Espaçamento entre canais (TX e RX) de acordo com a norma em vigor;

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 15 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- 4.4. Alimentação 13,8 VCC e com polaridade negativa no chassi permitindo variação elétrica de ± 15 a ± 20 %;
- 4.5. Saída para alto falante externo;
- 4.6. Tecnologia baseada em microprocessador;
- 4.7. Geração e controle de frequência por meio de Sintetizador;
- 4.8. Abertura do silenciamento para cada canal do receptor através de portadora e subtom digital devendo ser selecionável e programável, mediante acesso externo, via computador PC;
- 4.9. A identificação eletrônica do transceptor no modo digital deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais ou complementares ao equipamento;
- 4.10. Proteção contra:
- 4.10.1. Sobreensão de alimentação acima da variação permitida;
- 4.10.2. Inversão de polaridade;
- 4.10.3. Variação de impedância de RF por descasamento de antena;
- 4.10.4. Potência do transmissor acima do limite nominal do modelo;
- 4.10.5. Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de "tempo esgotado" (TOT Programável).
- 4.11. Permitir a programação das frequências de operação, grupos de conversação e recursos operacionais por meio de aplicativo eletrônico (software) de acesso externo via computador tipo PC ou notebook.
- 4.12. Temperatura de operação: -10°C a $+60^{\circ}\text{C}$.

5. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO TRANSMISSOR:

- 5.1. Faixa de frequência: 148 MHz a 174 MHz;
- 5.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 KHz;
- 5.3. Separação máxima de frequência: toda a banda de transmissão;
- 5.4. Estabilidade de frequência (-10°C a $+60^{\circ}\text{C}$): VHF: ± 2 ppm, ou melhor;
- 5.5. Desvio de Modulação: ± 5 KHz (medição em modo analógico de acordo com TIA/EIA 603);
- 5.6. Potência de saída de RF, VHF: Programável de 10 Watts ou menos, até 50 Watts;
- 5.7. Resposta de áudio: +1, -3 dB (EIA);
- 5.8. Distorção de Áudio: menor que 2.5%;

6. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO RECEPTOR:

- 6.1 Faixa de frequência (VHF): 148 MHz a 174 MHz;

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 16 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- 6.2Espaçamento de canal: 25/12,5 KHz;
 - 6.3Separação Máxima de Frequências: toda a banda de recepção;
 - 6.4Estabilidade de frequência (-30°C to +60°C), VHF: ± 2 ppm, ou melhor;
 - 6.5Sensibilidade em modo digital (taxa de erro BER de 5%), VHF: $\leq 0,35 \mu V$ ou melhor, para ambas as faixas;
 - 6.6Sensibilidade em modo analógico (12 dB SINAD), VHF: $\leq 0,30 \mu V$ ou melhor, para ambas as faixas;
 - 6.7Seletividade, VHF: 60 dB ou melhor, para ambas as faixas;
 - 6.8Rejeição a espúrios, VHF: 80 dB ou melhor;
 - 6.9Rejeição a intermodulação, VHF: melhor que 75 dB;
 - 6.10Potência de saída de áudio, mínima de 5 Watts, com até 3% de distorção;
 - 6.11Distorção de áudio: < 3%;
 - 6.12Impedância de entrada: 50 Ω .

7 CARACTERÍSTICAS DO GPS:

- 7.1 Canais: 12;
- 7.2 Sensibilidade: -150 dBm;
- 7.3 Precisão: < 10 metros (95%);
- 7.4 Arranque a frio: < 60 segundos (95%);
- 7.5 Arranque a quente: < 10 segundos (95%);
- 7.6 Modo de funcionamento: GPS autônomo (não assistido).

8. CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS:

- 8.1 Equipamento rádio transmissor-receptor com GPS montado em conjunto com o transceptor, do tipo frontal com no mínimo, proteção contra poeira e respingos de água de acordo com padrão IP54.
- 8.2 Gabinete à prova de umidade, corrosão, quedas e vibrações mecânicas, atendendo as Normas Militares MIL-STD-810C, D, E, F e G;
- 8.3 Estrutura sem cantos vivos ou cortes de chapa de modo que não ofereçam perigo aos ocupantes do veículo em caso de acidente;
- 8.4 Facilidade de visualização e acesso aos controles do painel;
- 8.5 Boa resposta de áudio do autofalante;
- 8.6Número de série do transceptor móvel gravado em seu chassi ou em etiqueta do produto
- 8.7 Dissipação Térmica compatível com o calor gerado dentro do regime intermitente da operação na base 20% TX e 80% RX;

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página17 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

8.8 Cabeação e acessórios em tamanho e quantidade compatíveis para a instalação nos veículos em uso na POLÍCIA MILITAR DO PARÁ que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

9. COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO TRANSCCEPTOR MÓVEL DIGITAL:

9.1 01 (um) equipamento rádio (transmissor-receptor) com GPS, com teclado alfanumérico presente no painel frontal ou a ser apresentado em microfone externo;

9.2 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão (PTT), com teclado alfanumérico, cordão espiralado e suporte de fixação, caso o transceptor não possua teclado incorporado no painel frontal. Se o transceptor possuir teclado incorporado no painel frontal, deverá ser fornecido 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão (PTT), cordão espiralado e suporte de fixação;

9.3 01 (uma) antena original do rádio, ou aprovada pelo fabricante mediante comprovação, tipo mono polo vertical, de ¼ (um quarto) de onda, ganho mínimo unitário de 10 dB, com base aparafusada no teto do veículo, e base da antena deve ter mola flexível, acompanhada dos conectores e do respectivo cabo coaxial, varrendo na frequência 136 a 180 MHz, deve operar em plena consonância com o rádio móvel transceptor instalado no veículo;

9.4 01 (uma) antena de GPS com conectores e cabo apropriado com base fixável ao teto do veículo, para instalação no transceptor;

9.5 01 (um) cabo de alimentação CC (Corrente Contínua) completo (com terminais para as conexões, porta fusível e fusível);

9.6 Conjunto de suporte de fixação do transceptor ao veículo, acompanhado das presilhas e parafusos de fixação;

9.7 01 (um) manual de operação impresso em português para cada transceptor;

9.8 No primeiro fornecimento à POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, de transceptor móvel através da contratação, independentemente da quantidade de transceptores a ser adquirida, a CONTRATADA deverá fornecer gratuitamente:

9.8.1 03 (três) conjuntos completos de softwares originais do fabricante referentes a analógico, Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado para operar em computador PC ou Notebook, com sistema operacional Windows 7 ou superior;

9.8.2 06 (seis) conjuntos de interfaces (cabos de programação - hardwares) originais do fabricante referentes a analógico, Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, dispositivos e cabos necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado, que deverão ficar à disposição da POLÍCIA MILITAR DO PARÁ;

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 18 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 9.8.3 20 (vinte) microfones de mão com tecla de transmissão (PTT), com teclado alfanumérico, cordão espiralado, originais do fabricante do rádio;
- 9.8.4 03 (três) manuais de manutenção detalhado do transceptor ofertado com todo esquemático para manutenção;

ANEXO II - A
SINALIZADORES ACÚSTICO E VISUAL

1. SINALIZADOR VISUAL EM SUV CARACTERIZADAS:

- 1.1 Sinalizador visual constituído por barra sinalizadora em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteira, comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm, altura mínima de 70 mm e máxima de 150 mm.
- 1.2 Barra dotada de base em ABS, reforçada com perfil de alumínio extrudado e cúpula injetada em policarbonato na cor rubi, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV.
- 1.3 Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 LED's próprios para iluminação, com potência não inferior 1W cada LED, na cor rubi.
- 1.4 Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade.
- 1.5 Conjunto composto por no mínimo 14 módulos distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir visualização em ângulo de 360 graus, sem pontos cegos de luminosidade, desde que o designe do veículo permita.
- 1.6 Cada LED deverá obedecer à seguinte especificação:
- 1.6.1 Cor predominante: vermelho, com comprimento de onda de 618 a 628 nm;
- 1.6.2 Categoria: AlInGaP;
- 1.6.3 Intensidade luminosa: não inferior a 55 lm (lumens);
- 1.6.4 Ângulo de emissão de luz: não inferior a 130°;

2. SINALIZADOR ACÚSTICO EM SUV CARACTERIZADAS

- 2.1 Sirene eletrônica para veículos especiais com potência de 100 watts e pressão sonora de 115 dB; frequência de 300 a 3000 Hz; 6 sons de sirene, sendo 4 contínuos (Wail, Yelp, Hi-Yelp, Hi-lo) e 2 intermitentes (Manual, Horn); entrada auxiliar para rádio transceptor;
- 2.2 Sirene eletrônica instalada em local adequado. O som de saída será composto pela alternância e

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c
Nº do Protocolo: 2025/2518197 Anexo/Sequencial: 62

Página 19 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

sobreposição dos tons comumente utilizados em viaturas policiais (wail, yelp e super yelp). Caso não seja possível a composição dos sons, será apresentada pela empresa uma proposta para o som de sirene, a ser analisado pela CEEOp.

2.3 A pressão sonora à frente do veículo não poderá ser inferior a 110dB. Para a comprovação dessa medida o aparelho utilizado para a aferição deverá ser colocado a um metro de distância do veículo, a um metro de altura.

2.4 Será admitida a instalação de sirene de baixa frequência, desde que em adição à sirene principal.

2.5 O drive utilizado deverá ser específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedada à utilização de drives confeccionados para aplicações musicais. Deve ainda ser um driver com pontos de fixação no corpo deste, não sendo permitida a fixação pela rosca, a fim de evitar desgastes e quebras, que podem causar eventuais acidentes além do mau funcionamento da sirene.

2.6 Sistema de megafone com interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor, resposta de frequência de 300 a 3000Hz e pressão sonora, a um metro do veículo e a um metro de altura, de no mínimo 90dB.

2.7 Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias. Determinações da ANATEL.

3. MÓDULO CONTROLADOR:

3.1 O sistema deverá permitir o acionamento da sinalização mesmo com o veículo desligado e possuir gerenciamento de carga automático, desligando automaticamente o sistema de sinalização audiovisual, se necessário, evitando assim a descarga total da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor do veículo.

3.2 Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados no painel do veículo, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.

3.3 O módulo deve possuir no máximo 22 (vinte e dois), e no mínimo 10 (dez) botões para acionamento das funções descritas, com teclado de alta resistência mecânica e sistema de visualização noturna com LED's posicionados sob os botões do equipamento. Deverá possuir luz de fundo na cor branca para função desativada e na cor vermelha para função ativada.

3.4 A intensidade das luzes deverá ser adequada às operações diurnas e noturnas.

3.5 O controlador deverá possuir no mínimo as seguintes funções:

3.5.1 Controle para três padrões de sinalização visual;

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 20 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- 3.5.2 Controle para três tipos de sinalização para deslocamento de trânsito (esquerda, direita e centro);
- 3.5.3 Acionamento sequencial dos padrões de sirene contínuos através de um único botão;
- 3.5.4 Acionamento individual momentâneo dos padrões de sirene intermitentes (Manual, Horn);
- 3.5.5 Função "emergência" para acionamento simultâneo da sinalização visual e acústica através de uma única tecla;
- 3.5.6 Duas saídas digitais 12V para ligação de equipamentos auxiliares com acionamento através de botões dedicados;
- 3.5.7 Possibilidade de desligamento de todas as funções de sinalização visual e acústica através de uma única tecla.
- 3.6 Todas as teclas devem possuir "feedback" tátil para facilitar a operação, além de serem identificadas através de gravação em "silkscreen", com tinta na cor preta adequada para adesão em silicone, e resistente à utilização policial.
- 3.7 O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LEDs, através de PWM (pulse width modulator), a fim de garantir a vida útil dos LEDs e a eficiência luminosa do sinalizador, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação.
- 3.8 O sistema deverá ser imune a EMI (eletric magnetic interference) e RFI (radio frequency interference) ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores.
- 3.9 O consumo máximo com todo o sistema luminoso acionado, não poderá exceder 7 A/h, na condição de alimentação nominal.
- 3.10 O consumo em stand by do sistema deverá ser inferior a 1 Ma.
- 3.11 O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes.

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 21 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO II - B
COMPARTIMENTO DE CELA

1. COMPARTIMENTO DE TRANSPORTE DE PRESO TIPO 3 SUV:

1.1 Compartimento para transporte de detidos adaptado ao compartimento de bagagem, dotado de: iluminação natural, devendo preservar os vidros originais do veículo, protegendo-os internamente com grades em estruturas metálicas e revestimento em chapa de aço perfurada de no mínimo 1,2 mm de espessura, protegendo os vidros LD/LE e Vidro Vigia Originais, divisória do piso ao teto, confeccionada em estrutura metálica, com revestimento na parte inferior em chapa de aço com no mínimo 1,2 mm de espessura e na parte superior em chapa de aço perfurada, estruturada por tubos quadrados com no mínimo 20 mm de lado e 1,2 mm de espessura, resistente a água e impactos (separação do banco traseiro com o bagageiro), revestimento do assoalho e das laterais do compartimento em ABS (plástico Acrilonitrila Butadieno Estireno), a fim de permitir a lavagem e o escoamento de líquido para fora do veículo, através de dois drenos nas extremidades traseiras do compartimento, qualquer acesso que possa existir pelo compartimento de detidos ao sistema de fecho/trinco da porta traseira deve ser devidamente bloqueado e caso existam ferramentas ou acessórios localizados na mala, estes deverão ser reposicionados fora dela.

Obs.: Caso o estepe originalmente venha alojado dentro do compartimento do porta-malas, deverá ser analisado de acordo com as características do veículo, se o mesmo deverá ser reposicionado na divisória, com acesso pelas portas laterais traseiras ou se o revestimento do piso deverá ser basculante.

1.2 O compartimento de detidos deverá ser confeccionado com material de alta resistência mecânica e montado com acabamento entre as chapas de aço, policarbonato, fibras e demais materiais, de forma a não permitir pontas que possam vir a ferir os detidos;

1.3 A característica do compartimento de detidos deverá atender a legislação específica que versa sobre o assunto.

1.4 Pintura externa da capota do compartimento de acordo com os padrões da indústria automotiva na cor do veículo original de fábrica;

1.5 Os veículos deverão possuir sistema de trancamento da tampa traseira individualizado por meio de chave ou acionamento mecânico de forma que permita maior segurança para o compartimento de presos.

1.6 Deverão ser fornecidos 02 (dois) cadeados novos, cada cadeado com duas chaves, medindo no mínimo 50 mm, com haste curta e fabricado em aço.

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 22 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO II - C
GRAFISMO E CONJUNTO DE ADESIVOS

1. GRAFISMO PARA VEÍCULOS:

- 1.1 Viaturas serão adesivadas em vinil com o brasão da PMPA e nas cores azul, vermelho, branco e preto,
- 1.2 A inscrição "POLÍCIA" das portas laterais deverá ser adesivada em vinil refletivo azul.
- 1.3 Eventuais dúvidas no posicionamento da adesivação das viaturas poderão ser sanadas até o momento da realização da Prova de Conceito.
- 1.4 Pequenos ajustes poderão ocorrer na adesivação das viaturas, a critério da CONTRATANTE.
- 1.4.1 Película (adesivo) tipo cast, autoadesivas, refletiva, cor azul, com coeficiente mínimo de retro refletividade de 4 candelas/lux/m², flexível, com espessura entre 0,16 e 0,20 mm, com acabamento superficial opaco, com adesivo transparente, acrílico e base solvente, com garantia de manutenção de até 50% (cinquenta por cento) da cor e da refletividade por até 05 (cinco) anos, oferecida pelo fabricante após ser aplicada externamente na posição vertical.

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS PELÍCULAS REFLETIVAS

2.2 PELÍCULA (ADESIVO) ROSA REFLETIVA

- 2.2.1 Película (adesivo) tipo cast, autoadesivas, refletiva, cor rosa, com coeficiente mínimo de retro refletividade de 4 candelas/lux/m², flexível, com espessura entre 0,16 e 0,20 mm, com acabamento superficial opaco, com adesivo transparente, acrílico e base solvente, com garantia de manutenção de até 50% (cinquenta por cento) da cor e da refletividade por até 05 (cinco) anos, oferecida pelo fabricante após ser aplicada externamente na posição vertical;
- 2.2.2 A película (adesivo) deve resistir a temperaturas não constantes de -40°C (menos quarenta graus celsius) até 82°C (oitenta e dois graus celsius) e apresentar um nível de adesão em pintura automotiva de no mínimo 4,0 lb/pol;

3.3 CONDIÇÕES GERAIS DAS PELÍCULAS REFLETIVAS

- 3.3.1 Película (adesivo) retro refletiva vinilica tipo cast, de alta performance, de alto brilho, com no mínimo de 160 (cento e sessenta) microns de espessura, que possua adesivo sensível a pressão Tipo Classe 1 e com liner protetor do adesivo, tipo Papel Staflat siliconizado e tratado com polietileno de 160 (cento e sessenta) microns;

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 23 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

3.3.2 O adesivo deverá apresentar um desempenho Fotométrico com Coeficiente de Retro Reflexão Mínimo (RA) expressos em cd/lx/m² (candelas/lux/m²), conforme Tabela de Coeficiente Mínimo de Retro Reflexão abaixo:

Ângulo de observação (°)	Ângulo de entrada (°)	(RA) cd/lx/m ² Branca	(RA) cd/lx/m ² Amarela	(RA) cd/lx/m ² Azul	(RA) cd/lx/m ² Verde	(RA) cd/lx/m ² Vermelho	(RA) cd/lx/m ² preta
0,2	-4	70	50	4	9	14	4

3.3.3 Os quatro pares de coordenadas de cor cidade determinam a cor aceitável de acordo com o CEI 1931;

3.3.4 Sistema Colorimétrico Padrão medido como Padrão luminante C;

3.3.5 Os ensaios de retro refletividade abordam as especificações mínimas de ângulo de observação de 0,2 Graus e ângulo de entrada de -4 Graus.

4.4 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS PELÍCULAS NÃO REFLETIVAS

4.4.1 Película não refletiva Intermediate Cal, com a descrição mínima de alto brilho, filme em PVC, com adesivo Poli acrilato solvente, permanente, para uso em áreas cujas características especiais de composição e propriedade assegurem a estabilidade otimizada e resistência à degradação UV a médio prazo em aplicações externas. A técnica de impressão das cores e brilho não metálicos deve ser compatível com a transferência térmica;

4.4.2 A espessura do adesivo sem o papel protetor mínima de 2,5 mm;

4.4.3 O adesivo deverá ter estabilidade dimensional (FINAT TM- 14) aderido ao aço, não tendo diminuição no sentido transversal, de comprimento < 016 e resistência à temperatura que adere a alumínio, -4,4° C a +80° C sem variação. Poder adesivo após 24 horas de instalação em aço inoxidável médio de 4,1 lb / in - FINAT TM-1;

4.4.4 A durabilidade do adesivo ao ar livre com base na exposição de superfície vertical deverá ser de, no mínimo, 4 anos;

4.4.5 ISO 527) min. 150% e à ruptura junto (DIN EN ISO 527) min. 130%;

4.4.6 O adesivo deverá possuir resistência mínima à tração em frente (DIN EN ISO 527) min. 19 Mpa; à solventes e produtos químicos após 72 horas; adere a alumínio em temperatura ambiente; resistente à maioria dos óleos e graxas, solventes alifáticos, ácidos fracos, sais e álcalis. Temperatura mínima de aplicação do adesivo deve ser de 7,78 C;

4.4.7 O adesivo deverá ter acabamento de superfície de alto brilho, matte (preto e branco apenas);

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 24 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

4.4.8 São as seguintes cores e códigos dos adesivos, a serem utilizados: Azul 067, Branco 000 e Vermelho 031;

4.4.9 O adesivo preto fosco jateado deverá ser no mínimo da linha ALKO ALLTAK, com as seguintes características;

4.4.9.1 Acrílico Permanente KT 72/1200 21 g/m² (+/- 2 g/m²). 2.3.9.2. Liner: papel couché com 130 g/m²;

4.4.9.2 Estabilidade Dimensional: 48 hs a 70°C;

4.4.9.3 Ligado ao alumínio (encolhimento) 0,127%;

4.4.9.4 Temperatura para aplicação: mínima (+ 22° a 28°C) e para uso final (-20° a +90°C);

4.4.9.5 Durabilidade de 7 anos para uso externo. Essa durabilidade pode se estender ou diminuir em virtude das técnicas de aplicação, conservação e materiais associados ao vinil na idealização do trabalho e condições climáticas.

5. PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

5.1 A garantia das Películas Refletivas e não Refletivas será de 2 (dois) anos no mínimo, bem como o respectivo serviço;

5.2 A assistência técnica deverá ocorrer no Estado do Pará;

5.3 A CONTRATADA deverá fornecer um documento com as características exigidas acima bem como o Certificado de Conformidade, juntamente com NF, para todos os itens de produtos utilizados na adesivação das viaturas, certificado este que será fornecido pela própria CONTRATADA, considerando que esta terá condições de solicitar do distribuidor do adesivo, e será a garantia do fabricante que o produto é de qualidade;

5.4 O local de realização dos serviços de adesivação, será na transformadora da CONTRATADA e quando da entrega da viatura a PMPA;

5.5 O recebimento será feito na totalidade, após conferidas individualmente cada viatura;

5.6 Serão considerados defeitos críticos todas as ocorrências e/ou irregularidades que possam, de forma direta ou indireta, alterar as características normais da adesivação das viaturas no padrão da PMPA;

5.7 A ocorrência de defeito crítico nos serviços implicará a correção ou na adesivação das viaturas novamente;

5.8 A existência de rugas, bolhas, diferenças de tonalidades ou incorreções nos grafismos aplicados implicará defeito a ser corrigido pela CONTRATADA;

5.9 Testes e ensaios em laboratórios especializados podem ser realizados caso a Comissão de Avaliação e Recebimento de Materiais julgue necessária a sua realização, os quais correrão por conta da CONTRATADA;

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 25 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 5.10 As viaturas que não satisfizerem os requisitos especificados nesta norma deverão ser rejeitadas;
- 5.11 Todos os adesivos a serem utilizados neste serviço deverão obedecer rigorosamente as solicitações expressas neste edital.
- 5.12 O layout (grafismo) das viaturas é o constante do ANEXO III deste documento.
- 5.13 Todos os requisitos constantes neste anexo serão avaliados por uma Comissão de Avaliação e Recebimento de Materiais, a ser realizada antes da contratação;
- 5.14 O não atendimento dos requisitos aqui constantes no momento da avaliação poderá resultar na desclassificação da CONTRATADA.



- ☒ ROSA COM 100 YOKO
- ☒ ROSA ESCURO C23 M 100 Y 40 M 3
- ☒ PRETO 100%
- ☐ BRANCO COMO YOKO

Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 62

Página 26 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



OBSERVAÇÕES:

1. Em caso de eventuais divergências entre o layout aqui apresentado e as especificações técnicas deste Termo de Referência, prevalecerão estas últimas.
2. As imagens são meramente ilustrativas, não devendo ser relacionadas a qualquer marca/modelo de veículos.



Identificador de autenticação: 81e54039-3f3e-49ba-a046-19c38d9e583c
Nº do Protocolo: 2025/2518197 Anexo/Sequencial: 62

Página 27 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 21/2025 PAE nº 2025/2518197

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE		
Qual a necessidade a ser atendida?	Garantir o reaparelhamento e modernização do patrimônio como um todo, visando oferecer melhores condições pessoais de trabalho ao policial militar. Torna-se necessária a aquisição de VEÍCULOS AUTOMOTORES DE MÉDIO PORTE , zero km, a fim de otimizar o serviço policial militar.	
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO		
Qual o tipo de objeto?	<input checked="" type="checkbox"/> Bem.	
	<input type="checkbox"/> Serviço.	
Qual a natureza?	<input type="checkbox"/> Continuada.	<input type="checkbox"/> Com monopólio.
		<input type="checkbox"/> Sem monopólio.
	<input checked="" type="checkbox"/> Não continuada.	
Qual a vigência?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).	
	<input type="checkbox"/> 180 dias.	
	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.	
	<input type="checkbox"/> Indeterminado.	
	<input type="checkbox"/> Outro:	<input type="checkbox"/> dias.
		<input type="checkbox"/> meses.
<input type="checkbox"/> anos.		
Poderá haver prorrogação?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
	<input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.	
Há transição com contrato anterior?	<input type="checkbox"/> Sim.	Contrato nº: _____
		Prazo final: _____
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
Padrão mínimo de qualidade	Item	Descrição detalhada
	1	O Padrão de qualidade a ser observado no veículo que será adquirido por esta Polícia Militar, pode ser mensurado através dos aspectos tangíveis e intangíveis, bem como das especificações desse objeto. Nesse sentido, pode-se citar como elementos importantes: 1 – Desempenho dos veículos; 2 – Segurança; 3 – Durabilidade e resistência; 4 – Sustentabilidade;

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página: 1 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		5 – Tecnologia; 6 – Conforto.
Há critérios de sustentabilidade?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p>Serão utilizados os critérios de sustentabilidade abaixo assinalados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serão admitidas as ofertas de veículos automotores que atendam aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata; - Serão admitidas as ofertas de veículos automotores que atendam aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes; - Os veículos automotores deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes;
	<input type="checkbox"/> Não.	
Há necessidade de treinamento?	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
LEVANTAMENTO DE MERCADO		
Onde foram pesquisadas as possíveis soluções?	<input type="checkbox"/> Consulta a fornecedores.	<input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares.
	<input type="checkbox"/> Internet.	<input type="checkbox"/> Audiência pública.
	<input type="checkbox"/> Outro.	Especificar:
Justificativa técnica e econômica para a escolha da melhor solução	<p>Como regra, a licitação e os contratos administrativos têm por objetivo a obtenção da solução contratual mais vantajosa para a Administração Pública, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas de mercado.</p> <p>Pelo exposto, diante da necessidade apresentada, foram verificadas as</p>	

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página: 2 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>seguintes soluções:</p> <p>Solução 1 – Contratação de empresa especializada no serviço de locação de veículo.</p> <p>Solução 2 – Consiste na elaboração de um processo para a aquisição de veículo. Essa opção atende tanto ao ponto de vista técnico porém deixa o processo mais custoso, pois implicaria em demora na resolução do problema devido à necessidade de criação de um processo desde o início, considerando as especificidades dos itens solicitados.</p> <p>Solução 3 – Como aprimoramento da opção anterior, busca-se uma solução completa. É possível aderir a uma Ata de Registro de Preços já existente e em vigor, encontrada no mercado, o que permitiria agilidade e eficiência no atendimento à demanda. Aproveitando a validação do fornecedor realizado no Órgão de origem.</p> <p>Diante da necessidade supracitada, a Solução 03 se apresenta como a alternativa mais vantajosa. Ao permitir a adesão a uma Ata de Registro de Preços já existente e vigente, essa opção garante maior agilidade no atendimento da demanda, eliminando a necessidade de um processo de aquisição desde o início. Além disso, aproveita a validação prévia do fornecedor, assegurando confiabilidade, padronização e conformidade com as práticas de mercado. Dessa forma, a Solução 03 concilia economicidade, eficácia e eficiência, sendo a melhor escolha para a administração diante da peculiaridade do bem a ser adquirido.</p> <p>Apresenta-se como a única solução viável, considerando o previsto nos imperativos evidenciados no plano substitutivo, referente ao termo de adesão nº 28/2022 para a aquisição de viaturas de médio porte (SUVs) para Polícia Militar do Pará, no valor R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, na natureza de investimento, decorrente de economicidade e rendimentos do plano de aplicação do eixo de Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública.</p>
Há restrição de fornecedores?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
O que será contratado?	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, ZERO KM, DE MÉDIO PORTE (SUVS).

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página: 3 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

Qual o prazo da garantia contratual?	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.			
	<input type="checkbox"/> 90 dias.			
	<input type="checkbox"/> 12 meses.			
	<input type="checkbox"/> Outro: nnn	<input type="checkbox"/> dias.		
		<input type="checkbox"/> meses.		
<input type="checkbox"/> anos.				
Há necessidade de assistência técnica?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Justificativa: Por se tratar de veículo novo com garantia, torna-se necessário o fornecimento de assistência técnica credenciada pelo fabricante para solucionar possíveis casos de vício ou defeitos no produto, durante o prazo de vigência da garantia, conforme condições especificadas no item DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA , anexo I deste ETP.		
	<input type="checkbox"/> Não.			
Há necessidade de manutenção?	<input type="checkbox"/> Sim.	Descrever solução:		
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.			
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO				
Como se obteve o quantitativo estimado?	<input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores.		<input type="checkbox"/> Análise de contratações similares.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Outro.	De acordo com o Termo de Adesão nº 28/2022, do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social		
Descrição do quantitativo?	O quantitativo de VEÍCULOS AUTOMOTORES, tipo MÉDIO PORTE SUVs foi estimado a partir do valor do Termo de Adesão nº 28/2022 do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.			
Especificação	Item	Descrição	Und	Qtd
	1	VEÍCULO AUTOMOTOR DE PORTE MÉDIO SUV com garantia mínima de 12 (doze) meses contra eventuais defeitos de fabricação, a partir da data de recebimento, realizado pela Comissão designada pela Polícia Militar do Pará. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS, CONFORME ANEXOS I, II e III.	Und	10
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO				
Meios usados na pesquisa	<input type="checkbox"/> Pannel de preços.		<input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares, baseada na Ata de Registro de Preços nº 33/2025 – Ministério da Justiça e Segurança Pública/Secretaria Nacional de Segurança Pública – PE nº 9003/2025	
	<input type="checkbox"/> Simas.		<input type="checkbox"/> Fornecedores.	

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página: 4 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<input type="checkbox"/> Internet.	<input type="checkbox"/> Outro.	Especificar:		
Estimativa de preço	Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
	1	VEÍCULO AUTOMOTOR PORTE MÉDIO SUV com garantia mínima de 12 (doze) meses contra eventuais defeitos de fabricação, a partir da data de recebimento, realizado pela Comissão designada pela Polícia Militar do Pará. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS, CONFORME ANEXOS I, II e III.	R\$ 183.657,24	10	R\$ 1.836.572,40
TOTAL					R\$ 1.836.572,40
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO					
A solução será dividida em itens?		<input type="checkbox"/> Sim.			
		<input checked="" type="checkbox"/> Não.	Por quê?	<input type="checkbox"/> Objeto indivisível.	<input type="checkbox"/> Perda de escala.
				<input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável.	<input type="checkbox"/> Economicamente inviável.
		<input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade.	<input type="checkbox"/> Outro. Especificar: Pois existe uma ATA que atende a demanda.		
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES					
Há contratações correlatas ou interdependentes?		<input type="checkbox"/> Sim. Especificar:			
		<input checked="" type="checkbox"/> Não.			
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO					
Há previsão no plano de contratações anual da PMPA?		<input type="checkbox"/> Sim. Especificar item do PCA: nn.			
		<input checked="" type="checkbox"/> Não. Justificativa: Pois a aquisição está sendo gerenciada pelo Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS.			
RESULTADOS PRETENDIDOS					
Quais os benefícios pretendidos na contratação?		<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo		<input type="checkbox"/> Redução de Custos	
		<input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho		<input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos	
				<input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência	

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página: 5 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<input type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo	<input checked="" type="checkbox"/> Realização de Política Pública
	<input type="checkbox"/> Outro.	Especificar:
PROVIDÊNCIAS PENDENTES		
Há providências pendentes para o sucesso da contratação?	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO		
Há previsão de impacto ambiental na contratação?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<p>POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): O principal impacto ambiental associado à aquisição de um veículo é a emissão de gases de efeito estufa durante sua operação. Se o veículo for movido por combustíveis fósseis, como gasolina ou diesel, a queima desses combustíveis liberará dióxido de carbono (CO₂) e outros GEE na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas. - Poluição do Ar: Além das emissões de GEE, o uso de veículos movidos a combustíveis fósseis também pode resultar em outros poluentes do ar, como óxidos de nitrogênio (NO_x) e partículas finas. Esses poluentes contribuem para a poluição do ar e podem afetar a qualidade do ar nas áreas urbanas. - Descarte de Resíduos: Durante a vida útil do veículo, haverá a geração de resíduos associados à manutenção e substituição de peças. O descarte inadequado desses resíduos pode levar a problemas ambientais, como a contaminação do solo e da água. - Consumo de Recursos Naturais: A fabricação do veículo requer o uso de recursos naturais, como minerais e metais, que podem ser extraídos de forma não sustentável. O aumento da demanda por veículos pode levar a um maior consumo desses recursos, afetando ecossistemas e habitats naturais. - Congestionamento e Urbanização: A aquisição de mais veículos pode contribuir para o congestionamento do trânsito em áreas urbanas. O aumento do tráfego pode levar a um maior consumo de combustíveis e atrasos nos deslocamentos, afetando a qualidade de vida das comunidades. <p>MITIGAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:</p> <p>Para mitigar os impactos ambientais associados à aquisição do veículo, pode-se adotar diversas medidas, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manutenção Adequada: Realizar manutenções regulares e adequadas no veículo pode melhorar sua eficiência e prolongar sua vida útil, reduzindo a necessidade de substituição prematura.

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página: 6 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<ul style="list-style-type: none">- Descarte Responsável: Garantir o descarte responsável de resíduos e peças do veículo, seguindo as regulamentações ambientais, é essencial para evitar a contaminação ambiental.- Educação e Conscientização: Promover a conscientização entre os motoristas e usuários do veículo sobre práticas sustentáveis de condução e utilização pode incentivar a adoção de comportamentos mais eco eficientes.- Ao considerar e tomar medidas para mitigar os possíveis impactos ambientais da aquisição do veículo, a Polícia Militar do Estado do Pará demonstra seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental, contribuindo para um futuro mais saudável e ambientalmente equilibrado.
	<input type="checkbox"/> Não.
CONCLUSÃO	
A contratação possui viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.
	<input type="checkbox"/> Não.

Belém-PA, 27 de agosto de 2025



RICARDO DO NASCIMENTO **RAMOS** – TEN CEL QOPM
Diretor de Projetos e Convênios da PMPA

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página: 7 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
VEÍCULO TIPO SUV

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO COMPACTO (SUV), FLEX, VIATURA POLICIAL CARACTERIZADA, SEM COMBUSTÍVEL, COM COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE PRESOS, SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL E RÁDIO COMUNICADOR.

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS:

Veículo Tipo SUV-Veículo Utilitário, o veículo deverá ser entregue com no mínimo ¼ de combustível, emplacado em nome da Polícia Militar do Estado do Pará, com todas as despesas de licenciamento custeadas pela CONTRATADA, contendo as seguintes características e especificações mínimas:

- Fabricação Nacional ou Mercosul, zero-quilômetro, ano e modelo não inferior à data da contratação;
- Pintura sólida ou metálica na COR BRANCA;
- Capacidade para transportar 05 (cinco) pessoas, incluindo o motorista;
- 04 (quatro) portas laterais e uma tampa traseira;
- Cilindrada mínima do motor: 1.500cm³ ASPIRADO ou 1.250cm³ TURBO;
- Potência mínima de 115 cv; Combustível: Etanol/ Gasolina;
- Torque mínimo 15,0 Kgfm;
- Câmbio manual com no mínimo 05 (cinco) marchas ou mais, sincronizadas à frente e 01(uma) à ré;
- Carroceria em aço montada e fixada sobre chassi original de fábrica;
- Faróis de neblina;
- Tanque de combustível com capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco) litros;
- Rodas de aro de mínimo 16 polegadas;
- Altura mínima livre do solo de 190mm;
- Entre-eixos mínimo 2500 mm;
- Ângulos mínimos de entrada e saída de 21 e 26 graus, respectivamente;
- Direção elétrica ou hidráulica, ou eletro-hidráulica, original de fábrica
- Air bag frontal duplo (motorista e passageiro);
- Freio ABS;
- Luz elevada de freio (Brakelight);
- Ar-condicionado de fábrica integrado frio/quente;
- Limpador de para-brisas dianteiro com temporizador e lavador elétrico;

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página: 8 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- Trava elétrica das portas;
- Vidros com acionamento elétrico nas 4 portas;
- Espelhos retrovisores externos com comandos manuais ou elétricos;
- Sensor de ré; câmera de ré; Alarme antifurto; Desembaçador do vidro traseiro;
- Cintos de segurança dianteiros e traseiros laterais de três pontos e central de dois pontos;
- Bancos dianteiros individuais com regulagem de distância e inclinação do encosto do banco com apoio para cabeça ajustável em altura, integrado ou acoplado ao banco;
- Sistema multimídia com rádio AM e FM, conectividade para dispositivos móveis Android e IÔS, Bluetooth, entradas USB;
- Jogo de tapetes de borracha;
- Capas removíveis adicionais de revestimento dos bancos em couro ou sintético lavável (napa ou similar) na cor preta;
- Bancos com revestimentos em couro ou courvin de cor escura;
- Quites obrigatórios, incluindo estepe, macaco, triângulo, chave de rodas;
- PELÍCULA INSULFILME EM TODOS OS VIDROS; com garantia de no mínimo 12 meses.
- Os veículos devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores – PROCONVE;
- Atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções);

Radio de Comunicação: Especificações no Anexo II;

Sinalizador Acústico e Visual: Especificações no Anexo II - A;

Compartimento para transporte de presos: Especificações no Anexo II - B;

Grafismo: Adesivado conforme especificações no Anexo II – C

Layout do veículo: Anexo III.

GRAFISMO/IDENTIDADE VISUAL

- A identificação visual (grafismo) do veículo deverá ser aplicada pela empresa contratada de acordo com o padrão adotado pela Instituição e será composta pela pintura, a ser aplicada sobre o veículo e pelos adesivos identificadores;

Sobre a pintura serão afixados os adesivos identificadores, reflexivo, confeccionados em fitas adesivas super-resistentes, com termo de garantia não inferior a 12 (doze) meses e deverá ser apresentado o estudo de resistência. O "layout" das adesivações encontra-se no ANEXO III deste instrumento.

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página: 9 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

A GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- O prazo de garantia do bem deverá ser de no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- A substituição do produto acarretará a renovação da garantia conforme os prazos descritos no subitem acima.
- A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal respectiva.
- A CONTRATADA deverá fornecer o endereço, da assistência técnica, com telefones, celulares de contato e correio eletrônico (e-mail), a fim de permitir o atendimento;
- A empresa deverá disponibilizar em caso de vício ou defeitos no produto a logística reversa para envio a assistência técnica e retorno do bem no período de garantia, sem ônus ao remetente.
- Os reparos só poderão ocorrer por um técnico qualificado e devidamente identificado como funcionário da empresa prestadora da assistência técnica autorizada, podendo também a optar pela simples substituição do equipamento por outro exatamente igual ou com características e capacidade superiores.
- O início do atendimento deverá ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir de chegada do veículo no endereço da assistência técnica indicada da contratada.
- O término do reparo ou troca do equipamento deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do início do atendimento.
- Entende-se por término do reparo do bem a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento ou a entrega do novo equipamento substituto.
- A assistência técnica do fabricante deve estar em território brasileiro, na região metropolitana de Belém ou demais regiões do Estado do Pará.
- A garantia será prestada com vistas a manter o bem em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo bem, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 10 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
 - Toda e qualquer constatação pela empresa, da necessidade de correção técnica de peças ou mecanismos do veículo, que necessite de ajuste ou substituição, denominada "recall", deverá a própria empresa emitir notificação contendo indicação das medidas necessárias para a regularização imediata do problema à Polícia Militar do Estado do Pará.



Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0
Nº do Protocolo: 2025/2518197 Anexo/Sequencial: 63

Página 11 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO II
RÁDIO DE COMUNICAÇÃO MÓVEL

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS:

1.1 O equipamento deverá ser Novo de primeiro uso, ser homologado pela ANATEL, de fácil manuseio e operação, devendo estar configurado para a realização das seguintes funções ou recursos:

1.2 Operação em modo dual, analógico e digital P25 Fase 1 (FDMA) e Fase 2 (TDMA), no mesmo rádio, programados por canal sem ônus adicionais para a POLÍCIA MILITAR DO PARÁ;

1.3 Deverá operar nos modos, convencional analógico, convencional digital e também em modo troncalizado digital.

1.4. Deverá, quando operando no modo analógico, ser compatível operacionalmente com os transceptores analógicos em uso nas redes de radiocomunicação da SEGUP.

1.5. Deverá atender os parâmetros eletrônicos de modulação digital e sinalização definidos na Interface Aérea Comum do padrão aberto do Projeto APCO-25 da Associação de Oficiais de Comunicação de Segurança Pública (APCO – Association of Public Safety Communications Officials) e publicado na norma TSB-102 da TIA/EIA.

1.6 Deverá ser entregue já instalado com software que atenda o padrão P25 Fase 2 e deverá atender os parâmetros de compatibilidade com o padrão P25 Fase 2 TDMA definidos nos seguintes documentos:

1.6.1 Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Physical Layer Protocol Specification Standard (TIA-102.BBAB);

1.6.2 Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Media Access Control Layer Protocol Specification (TIA-102.BBAC-Trunked Voice Services);

1.6.3 Project 25 Phase 2 TDMA Control Channel Updates (TIA-102.AABC-C – Trunking Control Channel Messages);

1.6.4 Project 25 Phase 2 TDMA Encryption Updates (TIA-102. AAAD-A Block Encryption Protocol); Half Rate Vocoder Annex (TIA-102.BABA-1);

1.7 Todas as normas TIA aplicáveis ao P25, ainda que não listadas neste termo de referência, deverão ser atendidas e atualizadas nos transceptores a serem entregues pela POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, conforme as especificações do transceptor constantes nesse termo de referência, tanto na Fase 1 quanto na Fase 2 e de acordo com as necessidades dos sistemas digitais da POLÍCIA MILITAR DO PARÁ já instalados.

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 12 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- 1.8 O transceptor móvel digital não deverá receber qualquer tipo de interferência de modulação em frequência analógica quando estiver operando no modo digital, programado por canal;
- 1.9 Deverá permitir programação (via software), para operação em modo convencional e em modo de controle inteligente (troncalizado), na faixa de VHF (148 MHz a 174 MHz), devendo ser compatível com os padrões eletrônicos de sinalização do padrão P25 Fase 1 FDMA e Fase 2 TDMA.
- 1.10 Deverá permitir a realização de "Chamada de Emergência", garantindo ao grupo em emergência prioridade de acesso à rede em caso de canais ocupados;
- 1.11 Deverá ser capaz de responder "Chamada Geral" (Multigrupo);
- 1.12 Deverá receber e realizar "Chamadas Privativas", sendo a conversação limitada às duas unidades (origem -destinatária), no padrão P25 Fase 1 FDMA e Fase 2 TDMA; de rádio
- 1.13 Deverá decodificar "Chamadas de Alerta" indicando no visor a identificação da unidade chamadora;
- 1.14 Quando não estiver vinculada em uma sequência de mensagens, deverá monitorar o Canal de Controle do Sistema que a oriente quanto ao "Status" do Sistema (conceito de sinalização por Canal de Controle Dedicado);
- 1.15 Iniciar uma chamada pelo modo "Aperte para Falar" (PTT), por meio da solicitação de um Canal de Conversação (VOZ), via Canal de Controle;
- 1.16 No caso de sistema ocupado, tentar o recesso automático até que o mesmo seja concluído sem que o usuário necessite pressionar o botão de PTT novamente;
- 1.17 Recepção de sinalização, por meio de indicação sonora, que a mesma se encontra em fila de espera "aguardando liberação de canal";
- 1.18 Utilizar o Canal de Comunicação a ser designado pelo Sistema durante a conversação;
- 1.19 Decodificar as instruções transmitidas pelo Canal de Controle ao Endereço de Grupo de Conversação ao qual esteja engajada e direcioná-la ao Canal de Comunicação designado pela Sinalização do Sistema;
- 1.20 Deverá permitir sua desabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, através de Comando (remoto) enviado pelo Controlador Central;
- 1.21 Deverá permitir sua reabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, por meio de Comando (remoto) enviado pelo Controlador Central;
- 1.22 Estabelecer comunicação convencional, ponto-a-ponto, dentro ou fora da área de cobertura do sistema em modo analógico e em modo digital;
- 1.23 O transceptor móvel digital deverá ter a capacidade de operação rádio a rádio (ponto a ponto), sem a utilização de infraestrutura nos modos digital e analógico;

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 13 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 1.24 Permitir a programação de no mínimo 500 (quinhentos) grupos de conversação (modo de controle inteligente) ou 512 (quinhentz e doze) canais de RF (modo convencional), indicados por mostrador digital alfanumérico no painel frontal do transceptor móvel;
- 1.25 Permitir a programação de grupos e canais dos seguintes tipos: canal convencional analógico VHF, canal convencional digital VHF, grupo de conversação troncalizado P25 Fase 1 FDMA, grupo de conversação troncalizado P25 Fase 2 TDMA. O transceptor deverá permitir a programação de pastas (zonas) mistas, ou seja, permitir canais analógicos, canais convencionais digitais, canais troncalizado em uma mesma pasta. Estas pastas deverão permitir ser identificadas por nomes através do display.
- 1.26 Permitir a visualização dos canais de RF ou grupos de conversação selecionados por meio de visor frontal incorporado ao transceptor;
- 1.27 Realizar varredura de canais de radiofrequência, monitorando vários canais de uma lista programável de forma a participar de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles. Deve ser possível a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente dentro de todas as bandas de frequência disponíveis no rádio;
- 1.28 Possuir receptor de GPS que poderá ser montado em conjunto com o transceptor, ou por meio de conector de acessórios, com no mínimo 12 canais, possibilitando o envio das coordenadas geográficas através da rede de radiocomunicação por pacote P25 modo troncalizado. A funcionalidade do GPS deverá estar habilitada com todas as licenças para o pleno funcionamento, permitindo que a posição do usuário seja informada no display do transceptor do usuário e também enviada seguramente, via interface aérea, para as aplicações de geolocalização da POLÍCIA MILITAR DO PARÁ;
- 1.29 Possuir hardware de criptografia integrado ao transceptor;
- 1.30 Permitir o envio e o recebimento de mensagens curtas de texto;
- 1.31 Permitir a troca das chaves de criptografia, via sistema OTAR por meio de comando da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente, via radiofrequência;
- 1.32 Possuir no mínimo os seguintes controles:
- 1.32.1 Chave rotatória ou tecla de seleção do grupo/canal de conversação;
- 1.32.2 Botão ou tecla de controle de volume;
- 1.32.3 1 (um) botão de emergência;
- 1.32.4 Botão de ligar e desligar o transceptor;
- 1.32.5 LED's ou indicadores visuais no display de transmissão e recepção do transceptor;
- 1.32.6 Possuir visor de LCD com no mínimo 3 linhas, sendo composto minimamente por:
- 1.32.6.1 1 (uma) linha de ícones indicativos de recursos ativos ou status do rádio;

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 14 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- 1.32.6.2 02 (duas) linhas de texto com pelo menos 8 caracteres alfanumérico;
- 1.33 Os rádios transceptores operando nos modos P25 Fase 1 e Fase 2 já deverão estar homologados pela ANATEL com comprovação no dia da realização do certame licitatório, a fim de que os mesmos possam entrar em operação.
- 1.34 Para programação, via sistema OTAP, por meio de comando da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente, via radiofrequência.

2. RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO DIGITAL

- 2.1. Além dos recursos previstos no ITEM "Características Gerais", o equipamento deverá possuir a capacidade de operar em modo seguro, com encriptação digital do sinal, mediante inserção de chave e programação eletrônica;
- 2.2. O equipamento deverá suportar o algoritmo de criptografia "P25 AES", devendo permitir a programação por canal ou grupo de conversação;
- 2.3. Possuir a capacidade de ser reprogramado via OTAR, por meio de ondas radiofrequência, e fisicamente por dispositivo encriptador, a fim de alteração das chaves de criptografia; Possuir a capacidade de receber no mínimo 32 (trinta e duas) chaves de encriptação AES;
- 2.4. Possuir modulação C4FM e H-CPM;
- 2.5. Possuir decodificador digital AMBE.

3. RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO ANALÓGICO

- 3.1. Abertura do silenciamento do receptor controlada por portadora, subtom analógico e subtom digital, selecionável por meio de programação prévia para cada canal via computador PC (silenciamento programável por portadora subtom CTCSS (PL) e DCS (DPL) por canal).
- 3.2. Suportar sinalização analógica MDC-1200 (protocolo atualmente utilizado na SEGUP) com licença habilitada e com no mínimo os seguintes recursos:
- 3.2.1. Identificação da unidade chamadora (ID) – Codificação/decodificação MDC1200;
- 3.2.2. Chamada Seletiva;
- 3.2.3. Modulação em FM.

4. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS BÁSICAS:

- 4.1. Faixa de frequência: 148 MHz a 174 MHz;
- 4.2. Largura do canal de RF: 12,5 KHz / 25 KHz com programação dentro das faixas de operação acima;
- 4.3. Espaçamento entre canais (TX e RX) de acordo com a norma em vigor;

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 15 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- 4.4. Alimentação 13,8 VCC e com polaridade negativa no chassi permitindo variação elétrica de ± 15 a ± 20 %;
- 4.5. Saída para alto falante externo;
- 4.6. Tecnologia baseada em microprocessador;
- 4.7. Geração e controle de frequência por meio de Sintetizador;
- 4.8. Abertura do silenciamento para cada canal do receptor através de portadora e subtom digital devendo ser selecionável e programável, mediante acesso externo, via computador PC;
- 4.9. A identificação eletrônica do transceptor no modo digital deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais ou complementares ao equipamento;
- 4.10. Proteção contra:
- 4.10.1. Sobretenção de alimentação acima da variação permitida;
- 4.10.2. Inversão de polaridade;
- 4.10.3. Variação de impedância de RF por descasamento de antena;
- 4.10.4. Potência do transmissor acima do limite nominal do modelo;
- 4.10.5. Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de "tempo esgotado" (TOT Programável).
- 4.11. Permitir a programação das frequências de operação, grupos de conversação e recursos operacionais por meio de aplicativo eletrônico (software) de acesso externo via computador tipo PC ou notebook.
- 4.12. Temperatura de operação: -10°C a $+60^{\circ}\text{C}$.

5. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO TRANSMISSOR:

- 5.1. Faixa de frequência: 148 MHz a 174 MHz;
- 5.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 KHz;
- 5.3. Separação máxima de frequência: toda a banda de transmissão;
- 5.4. Estabilidade de frequência (-10°C a $+60^{\circ}\text{C}$): VHF: ± 2 ppm, ou melhor;
- 5.5. Desvio de Modulação: ± 5 KHz (medição em modo analógico de acordo com TIA/EIA 603);
- 5.6. Potência de saída de RF, VHF: Programável de 10 Watts ou menos, até 50 Watts;
- 5.7. Resposta de áudio: +1, -3 dB (EIA);
- 5.8. Distorção de Áudio: menor que 2.5%;

6. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO RECEPTOR:

- 6.1 Faixa de frequência (VHF): 148 MHz a 174 MHz;

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 16 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- 6.2Espaçamento de canal: 25/12,5 KHz;
 - 6.3Separação Máxima de Frequências: toda a banda de recepção;
 - 6.4Estabilidade de frequência (-30°C to +60°C), VHF: ± 2 ppm, ou melhor;
 - 6.5Sensibilidade em modo digital (taxa de erro BER de 5%), VHF: $\leq 0,35 \mu V$ ou melhor, para ambas as faixas;
 - 6.6Sensibilidade em modo analógico (12 dB SINAD), VHF: $\leq 0,30 \mu V$ ou melhor, para ambas as faixas;
 - 6.7Seletividade, VHF: 60 dB ou melhor, para ambas as faixas;
 - 6.8Rejeição a espúrios, VHF: 80 dB ou melhor;
 - 6.9Rejeição a intermodulação, VHF: melhor que 75 dB;
 - 6.10Potência de saída de áudio, mínima de 5 Watts, com até 3% de distorção;
 - 6.11Distorção de áudio: $< 3\%$;
 - 6.12Impedância de entrada: 50 Ω .

7 CARACTERÍSTICAS DO GPS:

- 7.1 Canais: 12;
- 7.2 Sensibilidade: -150 dBm;
- 7.3 Precisão: < 10 metros (95%);
- 7.4 Arranque a frio: < 60 segundos (95%);
- 7.5 Arranque a quente: < 10 segundos (95%);
- 7.6 Modo de funcionamento: GPS autônomo (não assistido).

8. CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS:

- 8.1 Equipamento rádio transmissor-receptor com GPS montado em conjunto com o transceptor, do tipo frontal com no mínimo, proteção contra poeira e respingos de água de acordo com padrão IP54.
- 8.2 Gabinete à prova de umidade, corrosão, quedas e vibrações mecânicas, atendendo as Normas Militares MIL-STD-810C, D, E, F e G;
- 8.3 Estrutura sem cantos vivos ou cortes de chapa de modo que não ofereçam perigo aos ocupantes do veículo em caso de acidente;
- 8.4 Facilidade de visualização e acesso aos controles do painel;
- 8.5 Boa resposta de áudio do autofalante;
- 8.6Número de série do transceptor móvel gravado em seu chassi ou em etiqueta do produto
- 8.7 Dissipação Térmica compatível com o calor gerado dentro do regime intermitente da operação na base 20% TX e 80% RX;

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página17 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

8.8 Cabeação e acessórios em tamanho e quantidade compatíveis para a instalação nos veículos em uso na POLÍCIA MILITAR DO PARÁ que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

9. COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO TRANSCCEPTOR MÓVEL DIGITAL:

9.1 01 (um) equipamento rádio (transmissor-receptor) com GPS, com teclado alfanumérico presente no painel frontal ou a ser apresentado em microfone externo;

9.2 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão (PTT), com teclado alfanumérico, cordão espiralado e suporte de fixação, caso o transceptor não possua teclado incorporado no painel frontal. Se o transceptor possuir teclado incorporado no painel frontal, deverá ser fornecido 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão (PTT), cordão espiralado e suporte de fixação;

9.3 01 (uma) antena original do rádio, ou aprovada pelo fabricante mediante comprovação, tipo mono polo vertical, de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de onda, ganho mínimo unitário de 10 dB, com base aparafusada no teto do veículo, e base da antena deve ter mola flexível, acompanhada dos conectores e do respectivo cabo coaxial, varrendo na frequência 136 a 180 MHz, deve operar em plena consonância com o rádio móvel transceptor instalado no veículo;

9.4 01 (uma) antena de GPS com conectores e cabo apropriado com base fixável ao teto do veículo, para instalação no transceptor;

9.5 01 (um) cabo de alimentação CC (Corrente Contínua) completo (com terminais para as conexões, porta fusível e fusível);

9.6 Conjunto de suporte de fixação do transceptor ao veículo, acompanhado das presilhas e parafusos de fixação;

9.7 01 (um) manual de operação impresso em português para cada transceptor;

9.8 No primeiro fornecimento à POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, de transceptor móvel através da contratação, independentemente da quantidade de transceptores a ser adquirida, a CONTRATADA deverá fornecer gratuitamente:

9.8.1 03 (três) conjuntos completos de softwares originais do fabricante referentes a analógico, Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado para operar em computador PC ou Notebook, com sistema operacional Windows 7 ou superior;

9.8.2 06 (seis) conjuntos de interfaces (cabos de programação - hardwares) originais do fabricante referentes a analógico, Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, dispositivos e cabos necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado, que deverão ficar à disposição da POLÍCIA MILITAR DO PARÁ;

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 18 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 9.8.3 20 (vinte) microfones de mão com tecla de transmissão (PTT), com teclado alfanumérico, cordão espiralado, originais do fabricante do rádio;
- 9.8.4 03 (três) manuais de manutenção detalhado do transceptor ofertado com todo esquemático para manutenção;

ANEXO II - A
SINALIZADORES ACÚSTICO E VISUAL

1. SINALIZADOR VISUAL EM SUV CARACTERIZADAS:

- 1.1 Sinalizador visual constituído por barra sinalizadora em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm, altura mínima de 70 mm e máxima de 150 mm.
- 1.2 Barra dotada de base em ABS, reforçada com perfil de alumínio extrudado e cúpula injetada em policarbonato na cor rubi, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV.
- 1.3 Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 LED's próprios para iluminação, com potência não inferior 1W cada LED, na cor rubi.
- 1.4 Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade.
- 1.5 Conjunto composto por no mínimo 14 módulos distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir visualização em ângulo de 360 graus, sem pontos cegos de luminosidade, desde que o designe do veículo permita.
- 1.6 Cada LED deverá obedecer à seguinte especificação:
- 1.6.1 Cor predominante: vermelho, com comprimento de onda de 618 a 628 nm;
- 1.6.2 Categoria: AlInGaP;
- 1.6.3 Intensidade luminosa: não inferior a 55 lm (lumens);
- 1.6.4 Ângulo de emissão de luz: não inferior a 130°;

2. SINALIZADOR ACÚSTICO EM SUV CARACTERIZADAS

- 2.1 Sirene eletrônica para veículos especiais com potência de 100 watts e pressão sonora de 115 dB; frequência de 300 a 3000 Hz; 6 sons de sirene, sendo 4 contínuos (Wail, Yelp, Hi-Yelp, Hi-lo) e 2 intermitentes (Manual, Horn); entrada auxiliar para rádio transceptor;
- 2.2 Sirene eletrônica instalada em local adequado. O som de saída será composto pela alternância e

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 19 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

sobreposição dos tons comumente utilizados em viaturas policiais (wail, yelp e super yelp). Caso não seja possível a composição dos sons, será apresentada pela empresa uma proposta para o som de sirene, a ser analisado pela CEEOp.

2.3 A pressão sonora à frente do veículo não poderá ser inferior a 110dB. Para a comprovação dessa medida o aparelho utilizado para a aferição deverá ser colocado a um metro de distância do veículo, a um metro de altura.

2.4 Será admitida a instalação de sirene de baixa frequência, desde que em adição à sirene principal.

2.5 O drive utilizado deverá ser específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drives confeccionados para aplicações musicais. Deve ainda ser um driver com pontos de fixação no corpo deste, não sendo permitida a fixação pela rosca, a fim de evitar desgastes e quebras, que podem causar eventuais acidentes além do mau funcionamento da sirene.

2.6 Sistema de megafone com interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor, resposta de frequência de 300 a 3000Hz e pressão sonora, a um metro do veículo e a um metro de altura, de no mínimo 90dB.

2.7 Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias. Determinações da ANATEL.

3. MÓDULO CONTROLADOR:

3.1 O sistema deverá permitir o acionamento da sinalização mesmo com o veículo desligado e possuir gerenciamento de carga automático, desligando automaticamente o sistema de sinalização audiovisual, se necessário, evitando assim a descarga total da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor do veículo.

3.2 Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados no painel do veículo, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.

3.3 O módulo deve possuir no máximo 22 (vinte e dois), e no mínimo 10 (dez) botões para acionamento das funções descritas, com teclado de alta resistência mecânica e sistema de visualização noturna com LED's posicionados sob os botões do equipamento. Deverá possuir luz de fundo na cor branca para função desativada e na cor vermelha para função ativada.

3.4 A intensidade das luzes deverá ser adequada às operações diurnas e noturnas.

3.5 O controlador deverá possuir no mínimo as seguintes funções:

3.5.1 Controle para três padrões de sinalização visual;

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 20 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

-
- 3.5.2 Controle para três tipos de sinalização para deslocamento de trânsito (esquerda, direita e centro);
- 3.5.3 Acionamento sequencial dos padrões de sirene contínuos através de um único botão;
- 3.5.4 Acionamento individual momentâneo dos padrões de sirene intermitentes (Manual, Horn);
- 3.5.5 Função "emergência" para acionamento simultâneo da sinalização visual e acústica através de uma única tecla;
- 3.5.6 Duas saídas digitais 12V para ligação de equipamentos auxiliares com acionamento através de botões dedicados;
- 3.5.7 Possibilidade de desligamento de todas as funções de sinalização visual e acústica através de uma única tecla.
- 3.6 Todas as teclas devem possuir "feedback" tátil para facilitar a operação, além de serem identificadas através de gravação em "silkscreen", com tinta na cor preta adequada para adesão em silicone, e resistente à utilização policial.
- 3.7 O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LEDs, através de PWM (pulse width modulator), a fim de garantir a vida útil dos LEDs e a eficiência luminosa do sinalizador, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação.
- 3.8 O sistema deverá ser imune a EMI (eletric magnetic interference) e RFI (radio frequency interference) ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores.
- 3.9 O consumo máximo com todo o sistema luminoso acionado, não poderá exceder 7 A/h, na condição de alimentação nominal.
- 3.10 O consumo em stand by do sistema deverá ser inferior a 1 Ma.
- 3.11 O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes.

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 21 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO II - B
COMPARTIMENTO DE CELA

1. COMPARTIMENTO DE TRANSPORTE DE PRESO TIPO 3 SUV:

1.1 Compartimento para transporte de detidos adaptado ao compartimento de bagagem, dotado de: iluminação natural, devendo preservar os vidros originais do veículo, protegendo-os internamente com grades em estruturas metálicas e revestimento em chapa de aço perfurada de no mínimo 1,2 mm de espessura, protegendo os vidros LD/LE e Vidro Vigia Originais, divisória do piso ao teto, confeccionada em estrutura metálica, com revestimento na parte inferior em chapa de aço com no mínimo 1,2 mm de espessura e na parte superior em chapa de aço perfurada, estruturada por tubos quadrados com no mínimo 20 mm de lado e 1,2 mm de espessura, resistente a água e impactos (separação do banco traseiro com o bagageiro), revestimento do assoalho e das laterais do compartimento em ABS (plástico Acrilonitrila Butadieno Estireno), a fim de permitir a lavagem e o escoamento de líquido para fora do veículo, através de dois drenos nas extremidades traseiras do compartimento, qualquer acesso que possa existir pelo compartimento de detidos ao sistema de fecho/trinco da porta traseira deve ser devidamente bloqueado e caso existam ferramentas ou acessórios localizados na mala, estes deverão ser reposicionados fora dela.

Obs.: Caso o estepe originalmente venha alojado dentro do compartimento do porta-malas, deverá ser analisado de acordo com as características do veículo, se o mesmo deverá ser reposicionado na divisória, com acesso pelas portas laterais traseiras ou se o revestimento do piso deverá ser basculante.

1.2 O compartimento de detidos deverá ser confeccionado com material de alta resistência mecânica e montado com acabamento entre as chapas de aço, policarbonato, fibras e demais materiais, de forma a não permitir pontas que possam vir a ferir os detidos;

1.3 A característica do compartimento de detidos deverá atender a legislação específica que versa sobre o assunto.

1.4 Pintura externa da capota do compartimento de acordo com os padrões da indústria automotiva na cor do veículo original de fábrica;

1.5 Os veículos deverão possuir sistema de trancamento da tampa traseira individualizado por meio de chave ou acionamento mecânico de forma que permita maior segurança para o compartimento de presos.

1.6 Deverão ser fornecidos 02 (dois) cadeados novos, cada cadeado com duas chaves, medindo no mínimo 50 mm, com haste curta e fabricado em aço.

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 22 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO II - C
GRAFISMO E CONJUNTO DE ADESIVOS

1. GRAFISMO PARA VEÍCULOS:

- 1.1 Viaturas serão adesivadas em vinil com o brasão da PMPA e nas cores azul, vermelho, branco e preto,
- 1.2 A inscrição "POLÍCIA" das portas laterais deverá ser adesivada em vinil refletivo azul.
- 1.3 Eventuais dúvidas no posicionamento da adesivação das viaturas poderão ser sanadas até o momento da realização da Prova de Conceito.
- 1.4 Pequenos ajustes poderão ocorrer na adesivação das viaturas, a critério da CONTRATANTE.
- 1.4.1 Película (adesivo) tipo cast, autoadesivas, refletiva, cor azul, com coeficiente mínimo de retro refletividade de 4 candelas/lux/m², flexível, com espessura entre 0,16 e 0,20 mm, com acabamento superficial opaco, com adesivo transparente, acrílico e base solvente, com garantia de manutenção de até 50% (cinquenta por cento) da cor e da refletividade por até 05 (cinco) anos, oferecida pelo fabricante após ser aplicada externamente na posição vertical.

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS PELÍCULAS REFLETIVAS

2.2 PELÍCULA (ADESIVO) ROSA REFLETIVA

- 2.2.1 Película (adesivo) tipo cast, autoadesivas, refletiva, cor rosa, com coeficiente mínimo de retro refletividade de 4 candelas/lux/m², flexível, com espessura entre 0,16 e 0,20 mm, com acabamento superficial opaco, com adesivo transparente, acrílico e base solvente, com garantia de manutenção de até 50% (cinquenta por cento) da cor e da refletividade por até 05 (cinco) anos, oferecida pelo fabricante após ser aplicada externamente na posição vertical;
- 2.2.2 A película (adesivo) deve resistir a temperaturas não constantes de -40°C (menos quarenta graus celsius) até 82°C (oitenta e dois graus celsius) e apresentar um nível de adesão em pintura automotiva de no mínimo 4,0 lb/pol;

3.3 CONDIÇÕES GERAIS DAS PELÍCULAS REFLETIVAS

- 3.3.1 Película (adesivo) retro refletiva vinilica tipo cast, de alta performance, de alto brilho, com no mínimo de 160 (cento e sessenta) microns de espessura, que possua adesivo sensível a pressão Tipo Classe 1 e com liner protetor do adesivo, tipo Papel Staflat siliconizado e tratado com polietileno de 160 (cento e sessenta) microns;

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 23 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

3.3.2 O adesivo deverá apresentar um desempenho Fotométrico com Coeficiente de Retro Reflexão Mínimo (RA) expressos em cd/lx/m2 (candelas/lux/m2), conforme Tabela de Coeficiente Mínimo de Retro Reflexão abaixo:

Ângulo de observação (°)	Ângulo de entrada (°)	(RA) cd/lx/m2	(RA) cd/lx/m2	(RA) cd/lx/m2	(RA) cd/lx/m2	(RA) cd/lx/m2	(RA) cd/lx/m2
		Branca	Amarela	Azul	Verde	Vermelho	preta
0,2	-4	70	50	4	9	14	4

3.3.3 Os quatro pares de coordenadas de croma cidade determinam a cor aceitável de acordo com o CEI 1931;

3.3.4 Sistema Colorimétrico Padrão medido como Padrão luminante C;

3.3.5 Os ensaios de retro refletividade abordam as especificações mínimas de ângulo de observação de 0,2 Graus e ângulo de entrada de -4 Graus.

4.4 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS PELÍCULAS NÃO REFLETIVAS

4.4.1 Película não refletiva Intermédiate Cal, com a descrição mínima de alto brilho, filme em PVC, com adesivo Poli acrilato solvente, permanente, para uso em áreas cujas características especiais de composição e propriedade assegurem a estabilidade otimizada e resistência à degradação UV a médio prazo em aplicações externas. A técnica de impressão das cores e brilho não metálicos deve ser compatível com a transferência térmica;

4.4.2 A espessura do adesivo sem o papel protetor mínima de 2,5 mm;

4.4.3 O adesivo deverá ter estabilidade dimensional (FINAT TM- 14) aderido ao aço, não tendo diminuição no sentido transversal, de comprimento < 016 e resistência à temperatura que adere a alumínio, -4,4° C a +80° C sem variação. Poder adesivo após 24 horas de instalação em aço inoxidável médio de 4,1 lb / in - FINAT TM-1;

4.4.4 A durabilidade do adesivo ao ar livre com base na exposição de superfície vertical deverá ser de, no mínimo, 4 anos;

4.4.5 ISO 527) min. 150% e à ruptura junto (DIN EN ISO 527) min. 130%;

4.4.6 O adesivo deverá possuir resistência mínima à tração em frente (DIN EN ISO 527) min. 19 Mpa; à solventes e produtos químicos após 72 horas; adere a alumínio em temperatura ambiente; resistente à maioria dos óleos e graxas, solventes alifáticos, ácidos fracos, sais e álcalis. Temperatura mínima de aplicação do adesivo deve ser de 7,78 C;

4.4.7 O adesivo deverá ter acabamento de superfície de alto brilho, matte (preto e branco apenas);

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 24 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

4.4.8 São as seguintes cores e códigos dos adesivos, a serem utilizados: Azul 067, Branco 000 e Vermelho 031;

4.4.9 O adesivo preto fosco jateado deverá ser no mínimo da linha ALKO ALLTAK, com as seguintes características;

4.4.9.1 Acrílico Permanente KT 72/1200 21 g/m² (+/- 2 g/m²).2.3.9.2. Liner: papel couché com 130 g/m²;

4.4.9.2 Estabilidade Dimensional: 48 hs a 70°C;

4.4.9.3 Ligado ao alumínio (encolhimento) 0,127%;

4.4.9.4 Temperatura para aplicação: mínima (+ 22° a 28°C) e para uso final (-20° a +90°C);

4.4.9.5 Durabilidade de 7 anos para uso externo. Essa durabilidade pode se estender ou diminuir em virtude das técnicas de aplicação, conservação e materiais associados ao vinil na idealização do trabalho e condições climáticas.

5. PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

5.1 A garantia das Películas Refletivas e não Refletivas será de 2 (dois) anos no mínimo, bem como o respectivo serviço;

5.2 A assistência técnica deverá ocorrer no Estado do Pará;

5.3 A CONTRATADA deverá fornecer um documento com as características exigidas acima bem como o Certificado de Conformidade, juntamente com NF, para todos os itens de produtos utilizados na adesivação das viaturas, certificado este que será fornecido pela própria CONTRATADA, considerando que esta terá condições de solicitar do distribuidor do adesivo, e será a garantia do fabricante que o produto é de qualidade;

5.4 O local de realização dos serviços de adesivação, será na transformadora da CONTRATADA e quando da entrega da viatura a PMPA;

5.5 O recebimento será feito na totalidade, após conferidas individualmente cada viatura;

5.6 Serão considerados defeitos críticos todas as ocorrências e/ou irregularidades que possam, de forma direta ou indireta, alterar as características normais da adesivação das viaturas no padrão da PMPA;

5.7 A ocorrência de defeito crítico nos serviços implicará a correção ou na adesivação das viaturas novamente;

5.8 A existência de rugas, bolhas, diferenças de tonalidades ou incorreções nos grafismos aplicados implicará defeito a ser corrigido pela CONTRATADA;

5.9 Testes e ensaios em laboratórios especializados podem ser realizados caso a Comissão de Avaliação e Recebimento de Materiais julgue necessária a sua realização, os quais correrão por conta da CONTRATADA;

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 25 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 5.10 As viaturas que não satisfizerem os requisitos especificados nesta norma deverão ser rejeitadas;
- 5.11 Todos os adesivos a serem utilizados neste serviço deverão obedecer rigorosamente as solicitações expressas neste edital.
- 5.12 O layout (grafismo) das viaturas é o constante do ANEXO III deste documento.
- 5.13 Todos os requisitos constantes neste anexo serão avaliados por uma Comissão de Avaliação e Recebimento de Materiais, a ser realizada antes da contratação;
- 5.14 O não atendimento dos requisitos aqui constantes no momento da avaliação poderá resultar na desclassificação da CONTRATADA.



	ROSA COM 100 YOKO
	ROSA ESCURO C23 M 100 Y 40 M 3
	PRETO 100%
	BRANCO COMO YOKO

Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 26 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



OBSERVAÇÕES:

1. Em caso de eventuais divergências entre o layout aqui apresentado e as especificações técnicas deste Termo de Referência, prevalecerão estas últimas.
2. As imagens são meramente ilustrativas, não devendo ser relacionadas a qualquer marca/modelo de veículos.



Identificador de autenticação: 07dcd0ee-9c1d-48f3-adc9-10ae497c90b0

Nº do Protocolo: 2025/2518197

Anexo/Sequencial: 63

Página 27 de 27



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Prezados Senhores,

Declaramos ter total conhecimento do edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 90020/2025 – FESPDS/PA, estando de pleno acordo com as condições estabelecidas no mesmo, com o qual concordamos integralmente.

Apresentamos nossa Proposta de Preços para Aquisição de VEÍCULOS AUTOMOTORES DE MÉDIO PORTE, visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará – PMPA, oriundo do Termo de Adesão nº 28/2022, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VL UNITÁRIO	VL. TOTAL
01	Veículos automotores de médio porte, conforme especificações do Termo de Referência.	10	R\$ xxxxxxxx	R\$ xxxxxxxx
VALOR TOTAL				R\$ xxxxxxxx

- 1 - Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias;
- A execução do serviço ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90020/2025-FESPDS/PA;
- Estão Inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, insumos, serviços e encargos sociais.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

CNPJ / CPF:

Razão social / nome:

Endereço com./res:

Município:

UF:

Inscrição municipal:

Inscrição estadual:

Conta corrente nº Cód. Do Banco:

Sigla:

Nome/Número da agência:

Contatos:

E-mail:

Nome do representante que assinará o contrato:

Cargo que ocupa

Estado civil:

Identidade nº:

Cpf nº:

Nacionalidade:

Profissão:

Endereço residencial:

Contatos:

E-mail:

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
Identificação e qualificação do subscritor



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xx, bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxx-xxx, em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, infra-assinado, portador da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
Identificação e qualificação do subscritor



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL N.º 42/2008

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº
_____, sediada (endereço completo) _____,
declara, sob as penas da Lei, que:

- () Possui no quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência;
- () Possui em seu quadro menos de 20 (vinte) funcionários.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2026.

(nome e número da identidade do declarante)

Obs.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026-SEGUP/PA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, ATRAVÉS DO **FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/FESPDS**, E A EMPRESA **XXXXXXXXXX**, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, através do **FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/FESPDS**, com sede na Avenida Almirante Barroso, 735, CEP. 66.093.031, nesta cidade, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 35.516.470/0001-97, neste ato representado pelo Secretário Executivo, **Sr. FRANCISCO GILVAN LOPES DA NOBREGA JÚNIOR**, MF nº 5673836-1, nomeado pela Portaria nº 940/2025-CCG/PA, de 10 de Abril de 2025 (DOE nº 36.195 de 11 de Abril de 2025), doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXX-XXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), cargo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 2025/2518197** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2025/FESPDS/PA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a aquisição de VEÍCULOS AUTOMOTORES DE MÉDIO PORTE, visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará – PMPA, oriundo do Termo de Adesão nº 28/2022, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital;

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. A Proposta da Contratada;
- 1.2.3. A Proposta da Contratada;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Este contrato decorre do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2025/FESPDS/PA**, referente ao **Processo Eletrônico nº 2025/2518197**, possuindo fundamentação nas disposições contidas na seguinte legislação: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), Lei Complementar Federal nº 123/06 (Estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte) e sua alteração na Lei Complementar nº 147/14; Decreto Estadual nº 878/08 (Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para microempresa e empresa de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Estadual); subsidiariamente a Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a Portaria nº 046/2025-SEGUP/PA de 22 de Abril de 2025 (DOE nº 36.206 de 23 de Abril de 2025), aos quais CONTRATANTE e CONTRATADA estão sujeitas;

2.2. De acordo com a Portaria nº 042/2025-GAB.SEC/SEGUP, de 15 de Abril de 2025 (DOE nº 36.202 de 17 de Abril de 2025), o Secretário Executivo do FESPDS, têm competência para assinar este Contrato e seus documentos decorrentes em nome do Fundo Estadual de Segurança Pública, como Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O presente Contrato terá seu prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura do contrato, na forma disposta no art. 105 da Lei nº 14.133/21;

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/21;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

3.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DESCRIÇÃO

4.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

4.2. Descrição do objeto conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO
01	VEÍCULOS AUTOMOTORES DE MÉDIO PORTE, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, Proposta da Contratada, Edital e seus demais anexos.	10 UND	R\$ XXXX
VALOR GLOBAL R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)			

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1. DOS PRAZOS

5.1.1. Os bens devem ser totalmente entregue de uma só vez, no **prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da nota de empenho, podendo ser estendido, com a justificativa que será analisada pela Contratante;

5.1.2. Após o recebimento do objeto, a Contratante procederá à análise de conformidade do material e à emissão do Termo de Recebimento e Exame de Material (TREM) no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis;

5.1.3. A comunicação do resultado do TREM à Contratada ocorrerá em até 07 (sete) dias úteis após a expedição do respectivo relatório técnico;

5.1.4. Caso o relatório técnico aponte desconformidades, a solicitação de reapresentação do objeto será encaminhada à Contratada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do referido relatório;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

5.1.5. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital, e na proposta da Contratada, devendo ser **substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.1.6. Caso seja necessária a retirada do objeto recusado para correção, a Contratada deverá providenciar sua reapresentação devidamente adequada às exigências contratuais no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de retirada do bem.

5.1.7. A CONTRATADA deverá realizar a retirada do objeto recusado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da comunicação formal emitida pela CONTRATANTE.

5.1.8. O termo de aceitação Definitiva será emitido pela Contratante no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da data de entrega e verificação de que os veículos se encontram em perfeitas condições de funcionamento, uso e de acordo com as especificações contratuais;

5.2. DO LOCAL DE ENTREGA

5.2.1. O bem deve ser entregue no Almoxarifado Central da PMPA (AC), de segunda-feira à sexta-feira, exceto em feriados, no horário de 09h às 16h, na Av. Brigadeiro Protásio, entre Av. Dr. Freitas e Av. Júlio César, s/n, Bairro do Marco, Belém/PA. CEP 66.087-810, fone: (91) 98402-7709.

5.3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.3.1. Não será recebido pelo setor competente, o veículo que deixar de obedecer aos padrões estabelecidos nas especificações no presente instrumento contratual e proposta da Contratada;

5.3.2. Os veículos serão entregues novos, em perfeitas condições de funcionamento e uso, com os reservatórios (principal e auxiliar) de combustíveis abastecidos com no mínimo $\frac{1}{4}$ (um quarto) de sua capacidade máxima, licenciado com documentação atualizada, sendo que os veículos a serem adquiridos pela Contratante deverão ser regularizados (primeiro emplacamento) junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA);

5.3.3. O recebimento provisório ou definitivo não exime a CONTRATADA da responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes da execução incorreta, defeituosa ou em desacordo com as especificações contratuais.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DO BEM E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. DA GARANTIA DO BEM:

6.1.1. A Contratada deverá prestar garantia dos bens por, no mínimo, **12 (doze) meses**, a partir do seu recebimento pela Contratante, de acordo com o manual do fabricante do bem.

6.1.2. A substituição do produto acarretará a renovação da garantia conforme os prazos descritos no subitem acima;

6.1.3. A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal respectiva;

6.2. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

6.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer o endereço, da assistência técnica, com telefones, celulares de contato e correio eletrônico (e-mail), a fim de permitir o atendimento;

6.2.2. A empresa deverá disponibilizar em caso de vício ou defeitos no produto a logística reversa para envio a assistência técnica e retorno do bem no período de garantia, sem ônus ao remetente;

6.2.3. Os reparos só poderão ocorrer por um técnico qualificado e devidamente identificado como funcionário da empresa prestadora da assistência técnica autorizada, podendo também a optar pela simples substituição do equipamento por outro exatamente igual ou com características e capacidade superiores;

6.2.4. O início do atendimento deverá ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir de chegada do veículo no endereço da assistência técnica indicada da contratada;

6.2.5. O término do reparo ou troca do equipamento deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir do início do atendimento;

6.2.6. Entende-se por término do reparo do bem a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento ou a entrega do novo equipamento substituto;

6.2.7. A assistência técnica do fabricante deve estar em território brasileiro, na região metropolitana de Belém ou demais regiões do Estado do Pará;

6.2.8. A garantia será prestada com vistas a manter o bem em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

6.2.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

6.2.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo bem, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;

6.2.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

6.2.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;

6.2.13. Toda e qualquer constatação pela Contratada, da necessidade de correção técnica de peças ou mecanismos do veículo, que necessite de ajuste ou substituição, denominada “recall”, deverá a própria empresa emitir notificação contendo indicação das medidas necessárias para a regularização imediata do problema à Polícia Militar do Estado do Pará.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

PARAGRAFO ÚNICO - A fusão, cisão ou incorporação só será admitida, com o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, desde que não afete a boa execução do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado à Contratada até o **30º (trigésimo) dia** após a apresentação da respectiva Nota Fiscal do fornecimento dos materiais objetos deste Termo de Referência, junto ao qual deverão estar anexadas às Notas Fiscais e às Certidões de regularidade, a fim de



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

que as mesmas possam ser aceitas e atestadas pelo respectivo fiscal do contrato e confecção do Termo de Recebimento do Material;

8.2. O pagamento acima referenciado será creditado em favor do fornecedor, através de ordem bancária, em conta corrente aberta, preferencialmente, no **Banco do Estado do Pará -BANPARÁ**, deixando bem claro pela CONTRATADA os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

8.3. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, se exigidos pela CONTRATANTE:

- a) Certidão Negativa de Débito do INSS, devidamente atualizada;
- b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal.

8.4. A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis;

8.5. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante;

8.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.7. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 8.8.** Concomitante à notificação à CONTRATADA, para que realize a regularização, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso da CND, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, e à Receita Federal, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- 8.9.** Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante;
- 8.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;
- 8.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212/93, quando couber;
- 8.12.** Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado os prazos dispostos neste Contrato;
- 8.13.** Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;
- 8.14.** Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;
- 8.15.** A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente. O CNPJ, que deverá constar nas Notas Fiscais, deverá ser o mesmo CNPJ que a Contratada utilizou neste Contrato;
- 8.16.** A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero;
- 8.17.** Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas;
- 8.18.** A qualquer tempo o órgão Contratante poderá solicitar a apresentação do CRF relativo ao FGTS, bem como, todos os demais documentos constantes da fase de habilitação.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

8.19. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha(m) concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \frac{0,0001644}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8.20. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, senecessário;

8.21. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO

10.1. Será admitido o requerimento de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, cabendo a Contratante decidir a respeito no prazo de um mês, passível de prorrogação motivada por igual período, consoante teor do art. 123, p. único, da Lei Federal nº 14.133/21

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado.

11.1.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contratual;

11.1.3. Promover o recebimento do objeto, rejeitando o que estiver em desacordo com o exigido no Termo de Referência do Edital;

11.1.4. Efetuar o pagamento do preço ajustado na forma, prazos e condições previstas neste instrumento contratual;

11.1.5. Designar servidor(es) para acompanhar a execução do Contrato;

11.1.6. Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do presente instrumento contratual;

11.1.7. Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou ainda que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

11.1.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam;

11.1.9. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto contratual, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.10. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme dispõe o art. 143 da Lei nº 14.133/21;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

11.1.11. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

11.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo, quantidades e local constantes no presente instrumento contratual e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura;

12.1.2. Comunicar ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.6. Responsabilizar-se pelas despesas de fretes, taxas e eventuais onerações que incidam sobre o objeto contratado;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

12.1.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados, sejam por dolo ou culpa na execução do Contrato, relacionados com o objeto deste instrumento contratual, indenizando a Contratante, seus servidores e ou terceiros;

12.1.8. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do Contratante;

12.1.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada a essa contratação, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

12.1.10. Assumir responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais decorrentes da adjudicação do Pregão que originou o presente Contrato;

12.1.11. A Contratada não poderá subcontratar, transferir ou ceder a terceiro, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

12.1.12. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações;

12.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

12.1.14.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade;

12.1.15. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, consoante o disposto no art. 137, II, da Lei nº 14.133/21;

12.1.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

12.1.17. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21;

12.1.18. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

12.1.18.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

12.1.18.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

12.1.18.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

12.1.18.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

12.1.18.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.1.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.1.20. Promover a guarda, manutenção e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

12.1.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.1.22. Submeter previamente, por escrito, a Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

12.1.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.1.24. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, consoante o disposto no art. 116, da Lei nº 14.133/21;

12.1.25. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único. da Lei nº 14.133/21;

12.1.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do presente instrumento contratual;

12.1.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, da Lei nº 14.133/21;

12.1.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 13.2.2. Multa** de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da Contratada, por qualquer das infrações dos subitens de 12.1.1 a 12.1.12;
- 13.2.3. Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.1 a 12.1.7 deste instrumento contratual, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, o que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, no caso dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- 13.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21);
- 13.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21);
- 13.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21);
- 13.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará;
- 13.7.** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21;
- 13.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21);
- 13.9.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, em prazo estipulado pela Administração Pública, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 13.10.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

13.13. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21);

13.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21);

13.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

13.16. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

14.3.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da Contratada pela Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

14.3.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

14.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

14.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.6.3. Indenizações e multas.

14.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/21).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Todas as despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Termo de Adesão nº 028/2022, com recurso do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS, representados pela seguinte dotação orçamentária:

Previsão Orçamentária: Investimento.

Unidade Orçamentária: 21106

Programa de Trabalho: 06.181.1510.8993.10

Fonte de Recurso: 01759000077 (Recurso Próprio - Ordinário)

02759000077 (Recurso Próprio - Superávit)

Conta do Recurso: AG. 1674- 8 - CONTA 13.188-1

Natureza de Despesa: 344905278

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

16.1. A minuta deste Contrato foi aprovada pela Consultoria Jurídica da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP/FESPDS conforme **Parecer Jurídico Nº XXX/2025-CONJUR**, consoante com o art. 53, da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos bens recebidos e da alocação dos recursos necessários, de forma a



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados;

17.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

17.3. A verificação da adequação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

17.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do objeto contratual, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na legislação;

17.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

17.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela(s) contratada(s) ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento contratual e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;

17.7. A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os bens entregues que não estiverem de acordo com a descrição apresentada e aceita;

17.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme versa a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21;

19.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

19.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

20.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o Art. 28, § 5º, da Constituição Estadual.

21.2. Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias, pelos representantes e testemunhas a seguir.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1. É competente o Foro da Justiça Estadual, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belém/PA, XX de XXXXX de 2026.

FRANCISCO GILVAN LOPES DA NOBREGA JÚNIOR
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL- FESPDS
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____